

UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS, JORNALISMO E SERVIÇO SOCIAL CURSO
DE JORNALISMO

ANDRÉ ELIAS DUARTE NASCIMENTO

MAIS QUE FOTOGRAFIAS NA REDE SOCIAL:
as transformações da paisagem urbana de Itabira-MG nas imagens compartilhadas no
Facebook

Monografia

Mariana

2018

ANDRÉ ELIAS DUARTE NASCIMENTO

**MAIS QUE FOTOGRAFIAS NA REDE SOCIAL:
as transformações da paisagem urbana de Itabira-MG nas imagens compartilhadas no
*Facebook***

Monografia apresentada ao curso Jornalismo da Universidade Federal de Ouro Preto, como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Jornalismo.

Orientadora: Profa. Tamires Ferreira Coêlho

Mariana
2018

N244m Nascimento, André Elias Duarte.
Mais que fotografias na rede social [manuscrito]: as transformações na paisagem urbana de Itabira - MG nas imagens compartilhadas no Facebook / André Elias Duarte Nascimento. - 2018.

70f.: il.: color.

Orientadora: Prof^a. MSc^a. Tamires Ferreira Coelho.

Monografia (Graduação). Universidade Federal de Ouro Preto. Instituto de Ciências Sociais Aplicadas. Departamento de Ciências Sociais, Jornalismo e Serviço Social.

1. Minas e recursos minerais - Teses. 2. Paisagem - Proteção - Teses. 3. Fotografia documentaria. I. Coelho, Tamires Ferreira. II. Universidade Federal de Ouro Preto. III. Título.

CDU: 77.044(815.1)

Catálogo: ficha@sisbin.ufop.br

André Elias Duarte Nascimento

Curso de Jornalismo – UFOP

MAIS QUE FOTOGRAFIAS NA REDE SOCIAL:

as transformações da paisagem urbana de Itabira-MG nas imagens compartilhadas
no Facebook

Trabalho apresentado ao Curso de Jornalismo do Instituto de Ciências Sociais e Aplicadas (ICSA) da Universidade Federal de Ouro Preto como requisito parcial para a obtenção do grau de Bacharel em Jornalismo, sob orientação da Profa. Me. Tamires Ferreira Coêlho.

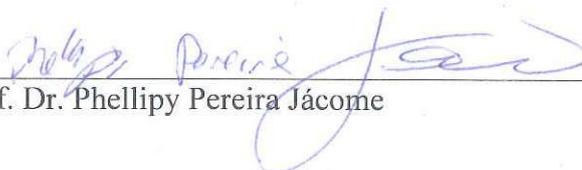
Banca Examinadora:



Profa. Me. Tamires Ferreira Coêlho



Prof. Me. Flávio Pinto Valle



Prof. Dr. Phellipy Pereira Jácome

Mariana, 08 de fevereiro de 2018.

Aos que não estiveram aqui e aos que virão.

AGRADECIMENTOS

À força que abre os caminhos e mantém meu corpo fechado, à energia que me movimenta, protege e orienta na batalha diária da sobrevivência, às coisas que eu ainda não sei, mas que sinto, parte de mim e definidora: minha gratidão. Pelos aprendizados, pelas experiências e trocas que contribuíram nessa caminhada. Agradeço pelo que fui, sou e serei, pois a única certeza é que o caminho continua e não se esgota.

À minha mãe e ao meu pai, por me ensinarem a caminhar e estarem sempre ao meu lado, proteção certa. Às minhas irmãs, que me acompanharam nos primeiros passos, minhas inspirações primeiras. Às minhas sobrinhas, que enchem de brilho meus olhos e de orgulho o meu peito. Se cheguei até aqui foi por que aprendi com vocês e levo tudo comigo, dentro de mim.

Às minhas amigas e amigos, paixões primeiras de minha vida, amantes das noites de ferro, força que devolve a beleza da preta cor feminina às noites outrora brancas e sem mulheres. Obrigado pelas energias e trocas de afetos que me tornam cada dia mais forte.

Aos amigos de Mariana e Ouro Preto, que me acolheram e me permitiram sentir que aqui também é meu lugar. À saudosa República Gomorra, pelos anos incríveis. Aos rolezeiros da minha vida acadêmica, sempre dispostos a preencher os vazios que vez ou outra aturdiavam a gente. Vocês são responsáveis por fazer dessa Ufop uma experiência positiva.

Aos profissionais que mediaram minha relação com a comunicação, pelos conhecimentos produzidos até aqui e as ferramentas que me acompanharão no caminho que segue. Em especial à Tamires, pelo tato e sensibilidade na relação com o outro, obrigado pelas orientações, sugestões e por me permitir crescer a cada conversa.

Aos familiares, aliados, companheiros de estrada e de luta. Às pessoas de ferro, de ombros que suportam o mundo. De nós, pra nós. Muito obrigado.

No alto da cidade
a boca da mina
a boca desdentada da mina de ouro
onde a lagartixa herdeira única
de nossos maiores
grava em risco rápido
no frio, na erva seca, no cascalho
o epítome-epílogo
da Grandeza.

Carlos Drummond de Andrade

RESUMO

A instalação da Companhia Vale do Rio Doce em Itabira/MG inscreve na paisagem urbana da cidade uma cultura própria da mono-indústria da exploração do ouro. Este processo fica registrado nas fotografias da cidade que são compartilhadas no grupo do Facebook Fotos Antigas de Itabira (pessoas e locais). Este trabalho se debruça sobre publicações do grupo a fim de analisar a narrativa visual da história da cidade que é construída pelos membros e identificar as potencialidades das imagens inseridas no contexto da rede social. O referencial teórico tem base em estudos sobre memória e paisagens urbanas, como as pesquisas de Abreu (1998), Coelho (2007; 2008) e Priori e Paixão (2015). A metodologia dessa análise tem como base estudos sobre a potência das imagens, emoções e espaços de partilha, influenciada pelos estudos de Rancière (2015), Marques (2014) e Didi-Huberman (2016). Dessa maneira, observa-se que as fotografias, além de auxiliar na rememoração da cidade, permitem a criação de espaços virtuais de dissensos e evocam discursos de ordens políticas, econômicas, sociais e afetivas.

Palavras-chave: Mineração; Paisagem; Memória.

ABSTRACT

CVRD's facility in Itabira/MG comes with the transformation of the spaces of the city to the detriment of the iron ore mining, which is part of the city's urban landscape. This process is registered on the photos of the city that are shared on the Facebook group Old Pictures of Itabira (people and places). This work is concerned with posts of the group in order to analyze the visual narrative of the city's history that is built by members and identify the potentiality of the pictures placed in the context of the social network. The theoretical background is based on studies about memory and urban landscapes, such as Abreu's (1998), Coelho's (2007, 2008) and Priori and Paixão's (2015) researches. This analysis methodology is based on studies about the strength of the pictures, emotions and spaces to share, influenced by Rancière (2015), Marques (2014) and Didi-Huberman's (2016) studies. Therefore, it should be noted that the photographs, besides helping to recall the city, they allow the creation of virtual spaces of dissention and evoke speeches about politics, economy, society and affection.

Keywords: Mining; Landscape; Memory.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Avenida Carlos Drummond de Andrade.....	34
Figura 2: Paredão da Rua Tiradentes.....	35
Figura 3: Print da publicação do dia 01 de dezembro de 2017.....	36
Figura 4: Print de comentários feitos na publicação do dia 01 de dezembro de 2017	36
Figura 5: Print da publicação do dia 13 de dezembro de 2017.....	37
Figura 6: Print de comentário na publicação do dia 13 de dezembro de 2017.....	38
Figura 7: Rua Água Santa.....	39
Figura 8: Um dos comentários sobre a foto da Rua Água Santa.....	40
Figura 9: Print da publicação que mostra o início do bairro Areão.....	40
Figura 10: Casas construídas pela CVRD no bairro Campestre.....	42
Figura 11: Print de alguns comentários feitos na publicação do bairro Campestre	43
Figura 12: Parquinho do bairro Campestre.....	45
Figura 13: Print de comentários na publicação do parquinho do bairro Campestre.....	45
Figura 14: Operários na mina da CVRD nos primeiros anos de funcionamento	46
Figura 15: Comentário na publicação do dia 01 de Junho de 2017.....	47
Figura 16: Procissão de mulheres chegando à Catedral	48
Figura 17: Imagem da antiga capela do Cemitério do Cruzeiro.....	49
Figura 18: Print de comentários feitos na publicação do dia 5 de Janeiro de 2018.....	50
Figura 19: Fotografia da Lateral destruída da antiga Catedral	51
Figura 20: Print de comentários recebidos na publicação da imagem da Catedral	52
Figura 21: Print da publicação que traz a Avenida João Pinheiro nos anos 70.....	54
Figura 22: Print de comentários recebidos na publicação da Avenida João Pinheiro.	55
Figura 23: Rua Dom Prudêncio, sem data, autor desconhecido.....	56
Figura 24: Rua Dom Prudêncio, sem data, autor desconhecido.....	56
Figura 25: Cava de Minério de Ferro da Mina de Conceição	58
Figura 26: Garotos andando na ferrovia	59
Figura 27: Print de comentários feitos na publicação da cava de minério	60
Figura 28: Print de comentários feitos na publicação do bairro Vila Amélia	61
Figura 29: Print de publicação do dia 11 de janeiro de 2018	63
Figura 30: Print de publicação do dia 10 de janeiro de 2018	64

SUMÁRIO

1 – INTRODUÇÃO	11
2 – UMA PEDRA NO MEIO DO CAMINHO	14
2.1 – Do ferro se fez Itabira	14
2.2 – De Itabira se fez a Vale.....	16
2.3 – O ferro nas almas e nas calçadas	19
3 – CIDADES, PAISAGEM E MEMÓRIA	21
3.1 – Paisagens urbanas e mineração.....	22
3.2 – A busca pela memória	25
4 – METODOLOGIA	30
5 – MAIS QUE FOTOGRAFIAS NA REDE SOCIAL	34
5.1 – As representações da primeira Itabira.....	32
5.2 – O progresso que chega.....	39
5.3 – O antigo que some	49
5.4 – Conflitos do progresso.....	58
5.5 – Para além das imagens.....	62
6 – CONSIDERAÇÕES FINAIS	65
REFERÊNCIAS	69

1 – INTRODUÇÃO

*“Alguns anos vivi em Itabira,
principalmente nasci em Itabira.
Por isso sou triste, orgulhoso: de ferro.”*

(Confidência do Itabirano, Carlos Drummond de Andrade)

Surge do sentimento exposto nos versos de *Confidência do Itabirano*, do conterrâneo Carlos Drummond de Andrade, a motivação para a realização deste trabalho. Filho de um operário, aposentado por invalidez após quase trinta anos de contribuição, já ouvi muitas histórias de uma empresa estatal – e mais tarde privatizada – que modificou uma cidade e a vida de trabalhadores e moradores do município. Em Itabira, interior de Minas Gerais, a mineração faz parte do cotidiano de toda a população, mesmo que indiretamente. A cidade, berço da Companhia Vale do Rio Doce – hoje mundialmente conhecida como Vale –, estampa em sua paisagem urbana as marcas da atividade. E sua sociedade vivencia uma rotina produtiva que interfere na vida de todos, desde os impactos visuais, ambientais e econômicos, até casos de desapropriação de bairros. O interesse em pesquisar e produzir sobre e para a cidade vem da vontade de entender as relações entre a empresa e o município. Da tentativa de entender esse sentimento confessado pelo poeta, sobre o “ferro nas almas e nas calçadas”.

Itabira surgiu em 1720 e viu seu crescimento acelerar a partir de 1942 com o surgimento da Companhia Vale do Rio Doce (CVRD). De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 2000, a população da cidade chegava a quase 100 mil habitantes. E a produção da empresa alcançava cerca de 40 milhões de toneladas por ano (GODEIRO, 2007). Em 2013, Itabira foi a segunda maior arrecadadora brasileira da Compensação Financeira pela exploração de Recursos Minerais (CFEM), com uma arrecadação de quase 196 milhões de reais segundo o Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM).

A empresa tem uma poderosa influência na cidade e uma presença marcante, refletida em uma educação focada na formação de mão de obra para as indústrias de exploração mineral, no trânsito urbano intercalado com a massiva circulação de trens de carga e na poluição sonora e visual. A resistência a esse poder existe em menor escala, muito por conta dos movimentos de antigos moradores de bairros extintos pela empresa, como a Vila Paciência de Cima.

O objetivo deste trabalho é analisar as representações das paisagens de Itabira nas fotografias compartilhadas no grupo *Fotos Antigas de Itabira (pessoas e locais)*, no

Facebook, a fim de investigar suas potencialidades de transformar o espaço virtual em um ambiente de partilha, trocas e construção de uma memória da cidade. Os objetivos específicos são: descrever o cotidiano de Itabira, a sua formação espacial, expondo os reflexos da mineração nesse processo; identificar no grupo publicações em que essas representações evoquem reações dos membros em relação aos efeitos das mudanças ocorridas na cidade e propor o debate a respeito da dependência da mineração para além do campo econômico; além de investigar o potencial do grupo enquanto espaço de memória.

Esse tema é reflexo do processo de valorização das cidades, que, nos últimos anos, tem feito com que populações busquem reconstruir um registro da memória das cidades, principalmente em ambientes como Itabira, que foi reconfigurado em detrimento de um discurso modernizador (ABREU, 1998). É válido ressaltar a importância da análise de imagens, paisagens e espaços nesse processo de rememoração. Abreu (1998) aponta as dificuldades desse tipo de análise, mas salienta suas contribuições na manutenção de uma memória das cidades. Nesses tempos corridos e de grandes transformações dos espaços, grupos como o *Fotos Antigas de Itabira (pessoas e locais)* auxiliam em um registro online dessas mudanças, além de permitir que a própria população das cidades escreva histórias sob a perspectiva individual, que contribui para a elaboração de uma perspectiva coletiva de memória. Portanto, este trabalho se soma às publicações que se dedicam a analisar as interferências da exploração mineral e do poder das mineradoras, tema que ganhou mais força e visibilidade após o rompimento da barragem de Fundão, da mineradora Samarco – que pertence ao grupo Vale S.A. – episódio que apagou histórias e atravessou o cotidiano de diversas comunidades próximas a Mariana-MG, até atingir o Rio Doce e provocar estragos que lhe deixaram a alcunha de maior crime ambiental do país, sem solução.

O referencial teórico que dá base para a elaboração desse projeto traz pesquisas sobre a cidade e algumas foram feitas por pesquisadoras itabiranas. Olhares críticos sobre as transformações ocorridas no município, tanto no seu extenso histórico de relação com a extração mineral, quanto nas mudanças da paisagem urbana após a instalação da CVRD. Itabira tinha sua base econômica na indústria têxtil e no agronegócio quando a mineradora chegou a suas terras, mudando toda a lógica de funcionamento da cidade. Maria das Graças Souza e Silva aponta que:

A grande empresa, a CVRD, passou a desempenhar um papel central na produção, no funcionamento do território e da economia de Itabira. Sua hegemonia e poder impõem-se de forma tal que geram na sociedade e nos atores sociais locais uma acomodação, o que traz efeitos perversos ao longo do tempo. Quanto mais racionais foram e são as regras da ação individual da mineradora, tanto menos tais regras

serão respeitadas para com o seu entorno econômico, social, político, cultural, moral ou geográfico. (SILVA, 2002, p. 6-7).

No capítulo seguinte, intitulado “Uma pedra no Caminho”, será trazida a história da cidade, sua relação com o ferro e as transformações ocorridas no espaço urbano e na sociabilidade da região, com apoio dos estudos de Silva (2002; 2004), Minayo (2004), Souza (2007) e Ferreira (2015). O referencial teórico é baseado em estudos de áreas diversas, como a Geografia, a História e a Arquitetura. Trata-se de um debate em torno dos conceitos de paisagem e memória, trazendo os estudos de Abreu (1998), Coelho (2007; 2008) e Piori e Paixão (2015), entre outros autores que se dedicam a entender essa complexa relação entre paisagens urbanas, memórias e construção de identidades. Na sequência, o capítulo de metodologia traz as escolhas e caminhos percorridos para a elaboração da análise que se propõe, destacando as contribuições de Marques (2014) sobre a política das imagens de Rancière(2015) e Didi-Huberman (2013; 2016) que inspirou a construção metodológica deste trabalho. Por fim, as análises seguem no capítulo intitulado “Mais que fotografias na rede social” e seus desdobramentos são apresentados no capítulo de Considerações Finais.

2 – UMA PEDRA NO MEIO DO CAMINHO¹

Para abordar as transformações na paisagem urbana de Itabira e a representação de algumas delas nas fotografias compartilhadas no grupo *Fotos Antigas de Itabira (pessoas e locais)*, é preciso conhecer o processo de formação urbana da cidade.

O município surgiu no meio do ciclo do ouro, no século XVIII, e sua formação se deu em detrimento da exploração desse minério. A princípio, em menor escala, com a exploração do ouro de aluvião². Posteriormente, com a segunda fase do ciclo do ouro e a abertura das minas, a exploração aconteceu de maneira mais expressiva, enriquecendo algumas pessoas que já compunham a sociedade e atraindo outras. Este processo de formação urbana é tocado pela instalação da Companhia Vale do Rio Doce (CVRD) e toma outros rumos que deixaram marcas na paisagem e nas memórias da população de Itabira. A companhia que, um dia, significou o progresso, torna-se a fonte dos conflitos enfrentados por muitos itabiranos nos dias de hoje, pois ainda tem forte influência nas decisões políticas do município.

2.1 – Do ferro se fez Itabira

Itabira significa “pedra que brilha” em Tupi. A cidade compõe a região conhecida como quadrilátero ferrífero, responsável por cerca de 60% de toda a produção nacional de minério de ferro do Brasil. Seu nome faz referência ao Pico do Cauê, serra que hoje encontra-se “britada em bilhões de lascas / deslizando em correia transportadora / entupindo 150 vagões no trem-monstro de 5 locomotivas” (ANDRADE, 2007, p. 1053).

Em 1720, quando o bandeirante Francisco de Faria Albernaz descobriu as minas de Itabira, o ferro já era fabricado de forma doméstica para suprir as necessidades do pequeno povoado que deu início à cidade. No começo, a exploração de ouro não permitiu que a economia local se impulsionasse, pois não se apresentava em grandes quantidades, o que veio a acontecer após a exploração mais efetiva, na segunda fase, no final do século XVIII (SILVA, 2004). Nesta segunda fase, o núcleo urbano da cidade se expande. A notícia da descoberta de ouro na encosta do Pico do Cauê atrai pessoas de todas as partes de Minas. A forja de ferro se intensifica para contribuir com a exploração nas minas de ouro. “O desenvolvimento da exploração do ferro fez com que, no ano de 1817, o povoado de Itabira

¹Parafraseando Andrade (2002, p. 16).

²Encontrado nos rios, misturado com outras substâncias.

contasse com treze das trinta forjas de Minas Gerais” (SOUZA, 2007, p. 37). Apesar dessa longa relação, o atributo de “cidade de ferro” só passa a existir após a instalação da CVRD, uma vez que as pequenas indústrias de forja de ferro, que majoritariamente funcionavam com mão de obra escravizada, entraram em decadência com a abolição da escravatura (MINAYO, 2004, p. 47).

O espaço de Itabira é reflexo de uma população desigual, com famílias enriquecidas pela exploração do ouro e o acúmulo de bens ao longo do tempo, que exercia um domínio sobre uma classe de trabalhadores comuns formada, principalmente, pela mão de obra negra, liberta da escravidão (SILVA, 2004). De acordo com a autora, o centro da cidade era a expressão da presença dessa população enriquecida, marcado pelos casarões, prédios públicos e igrejas que o compunham, diferente dos locais onde eram espaços dos operários, constituídos por casebres e ruas sem infraestrutura, fora do centro, em áreas menos valorizadas. Nesse sentido, pode-se dizer que, para a classe trabalhadora de Itabira, sempre existiu uma relação de dominação influenciada pelo poder do ouro. Essa dominação se intensifica com a chegada da CVRD, ou, melhor dizendo, ela deixa de existir apenas sobre os trabalhadores e passa a pressionar, também, a própria elite itabirana.

Minayo (2004) aponta que a CVRD encontrou uma Itabira que, apesar de economicamente decadente, já trazia uma carga de histórias, experiências artísticas e culturais, e que a cidade

[...] chega a ser considerada um dos maiores centros de educação do interior de Minas: três grandes colégios secundários de primeiro e segundo graus, à época, atraem rapazes e moças de todas as cidades vizinhas, pois ali o ensino era considerado da mais alta qualidade. (MINAYO, 2004, p. 51).

No entanto, a autora destaca a diferença que existia em relação ao espaço da classe trabalhadora. Apoiando-se nos relatos do viajante francês Saint Hilarie, ela chama atenção para as “precariedades das habitações dos trabalhadores, a debilidade de sua saúde, as doenças a que estavam expostos, a ausência total de assistência médica por profissionais habilitados, resultando, portanto em altos índices de mortalidade” (MINAYO, 2004, p. 52). A elite itabirana perde esse lugar de domínio para a empresa, que se torna a própria representação do Estado na cidade e passa a ser grande influenciadora nas decisões do município.

2.2 – De Itabira se fez a Vale

As jazidas de minério ficaram conhecidas internacionalmente no início do século XX, em razão dos estudos feitos por engenheiros da Escola de Minas de Ouro Preto, apresentados no Congresso Internacional de Geologia em Estocolmo, no ano de 1910 (MINAYO, 2004). De acordo com a autora, grupos franceses, ingleses e alemães compraram todas as terras identificadas, aproveitando-se das brechas da Constituição Brasileira, que dava aos donos da terra posse do subsolo.

O grupo inglês *British Itabira Limited* obtém as reservas de Itabira, delimitadas numa área de 76.000.000 m². A primeira escritura da compra data de 5 de maio de 1910. Junto adquire a maioria das ações e o controle da Estrada de Ferro Vitória-Minas, em construção, visando a dominar todo o fluxo de exploração e exportação. Organiza a *Itabira Iron Ore Company*, que é autorizada pelo governo federal, a funcionar a partir de junho de 1911. (MINAYO, 2004, p. 48-49).

A *Itabira Iron Ore Company* não entrou em operação. Minayo (2004) atribui a este fato o processo iniciado em Minas que pressionava contra a livre concessão das riquezas do Estado a grupos estrangeiros e que resultou no governo de Minas dificultando a exploração das jazidas por meio de legislações. A autora também ressalta o contexto criado pela Primeira Guerra Mundial e pelo período pós-guerra, que complicou o levantamento de recursos para a construção do empreendimento.

O Estado Novo instaurado por Vargas em 1937 trouxe avanços com a modernização da indústria nacional. Em 2 de junho de 1942 é criada a CVRD. O chamado Acordo de Washington “é fruto dos interesses bélicos dos países ‘aliados’ que, prevendo a continuação do conflito mundial, temiam a escassez de matérias-primas para a indústria de armamento” (MINAYO, 2004, p. 57). O acordo definia a compra das jazidas da *Itabira Iron* pela Inglaterra, que as passariam ao Estado brasileiro, que, por sua vez, se comprometia a construir uma empresa que assumisse a exploração das jazidas e ficasse responsável pela Estrada de Ferro Vitória-Minas (EFVM), além de estendê-la até Itabira, possibilitando a exportação. Aos Estados Unidos coube um empréstimo para a compra de maquinário, além de fornecer técnicos para a mecanização das minas, em troca da produção brasileira de 1,5 milhões de toneladas de minério de ferro a preço abaixo do mercado para ambos os países.

De acordo com Silva (2004):

Em Itabira, a Companhia Vale do Rio Doce já encontra uma cidade centenária com sinais de decadência econômica e população urbana de 6.254 habitantes. Ela é

dotada de espaços centenários, com dimensões simbólicas dos grupos sociais aí estabelecidos. A cidade existente dá lugar, agora, a uma nova; um espaço produzido a partir da CVRD. (SILVA, 2004, p. 51).

A cidade experimentou diversas atividades econômicas antes da instalação da mineradora. Indústria têxtil, pecuária e agricultura, por exemplo, são atividades que deram espaço para o surgimento de uma economia mono-industrial³ que gira em torno da exploração de minério (MINAYO, 2004). Itabira não é um caso de cidade-empresa⁴, criada em função da indústria que se instala em determinada região. Neste caso, trata-se de uma relação de domínio do espaço pela empresa, “exercido de maneira tal que tudo gira em torno dela” (SILVA, 2004, p. 53). Atualmente, grande parte da população de Itabira vive na área urbana e cerca de 60% dos empregos diretos e indiretos da cidade rodeiam a indústria de extração mineral. De acordo com Minayo:

Apesar de possuir vida autônoma anterior à presença da mono-indústria de mineração de ferro, Itabira, sobretudo a partir dos anos 50, passa a ser um caso típico de apropriação do sócio-espaço por uma atividade econômica dominante, a ponto dela se transformar no que aqui considero “uma cidade do trabalho” pois quase tudo na esfera da reprodução social gira em torno dos projetos, dos tempos, e da cultura da CVRD. (MINAYO, 2004, p. 55).

Conforme Souza (2007), com a chegada da CVRD em Itabira, uma série de processos que alteraram a configuração espacial da cidade se iniciam. Por exemplo, a criação de vilas operárias e bairros funcionais que trouxeram para próximo das minas as vilas que abrigavam as famílias de trabalhadores. De acordo com Silva (2004), depois de atingir as condições impostas ao contrato de criação, a CVRD inicia novos projetos de expansão e modernização, que culminam em um fluxo migratório para a cidade. Cresce a cidade pública e a cidade privada. De acordo com a autora, “de 1848, data de sua emancipação até a chegada da CVRD, em 1942, a cidade conta com apenas quatro bairros; no final da década de 1950 são oito” (SILVA, 2004, p. 65). Este crescimento é acompanhado por um processo de modernização arquitetônica e reconfiguração do centro. “Não há, na época, a preocupação de preservar espaços simbólicos representados pelos sobrados e prédios antigos. Prédios novos como o escritório da CVRD, no bairro Areão, simbolizam o progresso arquitetônico e novos tempos” (SILVA, 2004, p. 66).

Ao mesmo tempo que a economia local se expande, crescem os problemas urbanos e as desigualdades sociais. Aumentam cada vez mais os gastos da administração

³Tipo que se mantém majoritariamente em torno de uma atividade econômica única.

⁴Baseado em “Cidade Empresa”, de Rosélia Piquet (1998).

municipal para satisfazer à demanda crescente por infra-estrutura e serviços urbanos e sociais. [...] A administração e os orçamentos municipais acabam por se tornarem induzidos e conduzidos pela força e pelas necessidades da grande empresa. (SILVA, 2004, p. 60).

O *boom* da mineração, nos anos 70, fez com que a CVRD, em 1975, fosse a maior empresa exportadora de minério de ferro do mundo e, justamente neste ano, o Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM) a concedeu o direito de desapropriar bairros para permitir a expansão das minas (SOUZA, 2007). O Decreto Expropriatório da Mineração resulta na extinção desses bairros funcionais e operários e, também, na extinção de bairros da cidade privada, como a Vila Paciência de Cima. Esse processo se inicia no final dos anos 70 e dura até hoje. A Vila Paciência de Baixo é, hoje, a prova dessas mudanças no espaço urbano, com poucos moradores que resistem e os vários loteamentos com os destroços das casas que já foram compradas pela empresa.

Além das questões que foram citadas anteriormente, os problemas ambientais proporcionados pela extração mineral são pauta dos estudos que buscam analisar as interferências da produção de minério de ferro nas cidades brasileiras. Em Itabira, a CVRD começou a operar em um período de pouca preocupação com o meio ambiente. Somente nos anos 80 implantou projetos efetivos de redução de danos ambientais, muito em função do destaque mundial que as preocupações ambientais ganham a partir de 1972, após a primeira Conferência Mundial sobre o Meio Ambiente em Estocolmo, na Suécia, além das várias empresas internacionais que já funcionavam obedecendo a normas de proteção ambiental (SOUZA, 2007). Os quarenta anos de exploração da CVRD em Itabira sem uma política de controle dos danos ao meio ambiente transformaram as serras que compõem o horizonte ao norte da cidade. Conforme aponta Silva (2004):

Os taludes e as cavas resultantes do processo de extração mineral tornam a paisagem triste, agressiva e ameaçadora para os itabiranos. O resultado da destruição é a formação do que comumente se chama de “paisagem lunar”. Algumas cavas servem de local de deposição de rejeito e futuramente não se sabe como serão utilizadas. Os vales a jusantes da mineração estão assoreados, tornando-os impróprios para agricultura. [...] Os abalos pela detonação de explosivos na proximidade dos bairros residenciais ameaçam a estrutura das casas e sossego dos moradores, sobretudo na Vila Paciência. (SILVA, 2004, p. 225-228).

Em 1981, a Lei Federal Nº 6.938 regulamenta a concessão de licença ambiental, buscando melhorias na qualidade ambiental, bem como pensando na qualidade de vida da população e na saúde pública. Para as empresas que já atuavam antes da publicação da lei, a regulamentação funcionaria em caráter corretivo (ALTÍSSIMO, 2010). Em 2000, a Vale é

licenciada para operar nas minas de Itabira, sob a responsabilidade de cumprir 52 condicionantes que deveriam proporcionar melhorias na cidade e para a população. Dentre elas, pode-se citar o melhoramento do abastecimento de água na cidade, a criação de 11 parques ambientais e as construções de passarelas sobre a linha férrea. Muitas foram reajustadas e poucas foram, de fato, cumpridas.

2.3 – O ferro nas almas e nas calçadas

A paisagem urbana de Itabira revela a forte presença da mineradora na cidade. As ruas cortadas pela ferrovia, os horizontes formados por paredões de minério, sem vegetação, as barragens de rejeito que rodeiam a cidade e as rachaduras nas paredes das casas – oriundas das dinamitações que ocorrem diariamente nas minas – são exemplos que expõem a existência dessa empresa no sítio urbano. Nos dias de hoje, não há um escritório da empresa nem um museu que aborde a história que começa lá. No entanto, “a política da cidade e os moradores de Itabira quase sempre ficam subordinados a um duplo comando, e os interesses particulares da empresa, muitas vezes, predominam sobre os coletivos” (SILVA, 2004, p. 60). Para além dessa presença no espaço social, há uma presença ainda mais forte, resultado de um processo que tocou na construção da subjetividade coletiva dos moradores. A empresa, que um dia representou o progresso, construiu uma relação de dependência não apenas econômica, criando no imaginário popular a ideia de ser a única possibilidade de sucesso na cidade.

A instalação da CVRD em 1942 e a criação dos bairros funcionais fizeram um recorte na sociedade de Itabira, dividindo a população entre os trabalhadores da Vale e os outros trabalhadores. Aos dependentes da mineração, a empresa guardava benefícios como moradia, escola de qualidade, presentes de natal para os filhos de funcionários e plano de saúde (FERREIRA, 2015). O período da “Mãe Vale”, assim chamado pelos estudiosos da relação de Itabira com a mineradora (MINAYO, 2004; SILVA, 2004; SOUZA, 2007; FERREIRA, 2015), marcou fortemente a população, evidenciando diferenças sociais existentes no município. As diferenças não se limitavam aos funcionários da empresa e à população comum, mas também afetavam os escalões dentro da própria mineradora, com as diferenças entre os bairros de operários e os bairros de técnicos e engenheiros (SILVA, 2004). Atualmente, a situação é diferente, até porque a Vale não desempenha mais esse papel de mãe, mantendo um número muito reduzido de empregados diretos e um número maior de funcionários terceirizados. Apesar disso, ainda hoje

Ser empregado da Vale continua sendo signo de distinção social na medida em que seus funcionários têm “melhor tratamento” que os funcionários das empreiteiras e do setor de serviços no comércio. E desfrutam de benefícios adicionais, tais como, plano de saúde e previdência da Vale – Plano de Assistência à Saúde do Aposentado da Vale (PASA) e Fundação Vale do Rio Doce de Seguridade Social (VALIA) respectivamente, subsídio à educação de nível superior com 85% da mensalidade sendo reembolsado, cartão cultura com crédito mensal de R\$50,00 para compra de livros e ingressos em atividades culturais, e cartão alimentação com crédito mensal de R\$620,00. (FERREIRA, 2015, p. 85-86).

A Vale cresceu muito e uma razão fundamental para esse crescimento é a classe trabalhadora, que construiu no braço esse gigante, inserido no Programa Nacional de Desestatização pelo Decreto 1510, de 1º de junho de 1995, e privatizado em leilão na Bolsa de Valores do Rio de Janeiro no ano de 1997. Hoje, a empresa é a segunda maior mineradora do mundo, está presente em 20 países e, só no Brasil, opera em 13 estados e movimenta cerca de 40% do comércio exterior brasileiro (GODEIRO, 2007, p. 49).

Minayo (2004 p. 65) aponta que a Vale, após a privatização, “torna-se uma empresa ainda mais competitiva, diversificada, internacionalizada, que explora recursos naturais, indústrias correlatas e serviços. Busca vantagens comparativas de seus produtos e mantém permanente vigilância sobre as alterações no cenário nacional e internacional”. Itabira é apenas um retrato na parede que “passa a se constituir apenas como um pontinho no mapa das atividades e dos negócios da Companhia” (MINAYO, 2004, p.65). Conforme a autora, apesar de grande parte da produção de minério e de ouro da empresa se concentrar em Itabira, a cidade não aparece mais nos relatórios disponíveis no site da empresa, o que mostra a banalização de sua história, da importância da cidade e de sua população na construção desse gigante.

Itabira se constrói a partir do ferro. Sua história carrega parte da história do estado de Minas Gerais e a história de uma empresa bilionária. No entanto, não há espaços de memória na cidade. O museu público se encontra fechado. O arquivo público municipal está desorganizado e parte do acervo não está disponível para consulta. A Vale é uma das principais investidoras em projetos culturais e sociais do país, além de financiar a preservação de sua memória com iniciativas como o Museu da Vale, em Vila Velha e o Memorial Minas Gerais Vale, em Belo Horizonte. Itabira cresceu com as promessas e vivencia o descaso com seu patrimônio turístico.

3 – CIDADES, PAISAGEM E MEMÓRIA

A cidade é o cerne das ações humanas no espaço, em constante movimento e transformação. Observá-la evoca lembranças, leituras de signos, embora, como apontado pelo urbanista Kevin Lynch, em *A Imagem da Cidade*, nossa dimensão e percepção dela sejam fragmentadas (LYNCH, 1997). Parte essencial no processo de percepção da cidade, a paisagem é um conceito antigo e amplamente discutido. Na Geografia Tradicional, desde o século XIX, o debate em torno dele foi primordial para a ampliação das possibilidades de análises e metodologias desse campo científico em relação aos objetos. A Geografia Cultural, por exemplo, surge no século XX com base nos estudos alemães do final do século XIX, que se dedicaram à análise da paisagem (MELO, 2005). As análises iniciais, puramente morfológicas e levando em consideração os aspectos culturais como delimitadores da paisagem, entram em declínio nos anos 40 e retomam ao centro do debate nos anos 70.

A retomada do conceito de paisagem, após 1970, traria novas acepções fundadas em distintas matrizes epistemológicas, considerando-se as várias dimensões que a paisagem apresenta simultaneamente – morfológica, funcional, histórica, simbólica – e que cada matriz epistemológica privilegia segundo seus interesses de estudo. (COELHO, 2008, p. 8).

Hoje, o conceito é adotado por diversas áreas, como a História, a Comunicação, a Arquitetura e o Design. Isso, pois a paisagem revela aspectos da história das cidades, “e expressa os diferentes momentos de desenvolvimento de uma sociedade, adquirindo uma dimensão simbólica passível de leituras espaços-temporais” (COELHO, 2007, p. 2). O conceito defendido pela Geografia Humanística dá abertura para as análises subjetivas do espaço, uma vez que o entendem como um território visto e sentido, tendo as ações humanas como ponto central de sua análise (MELO, 2005). Assim, a paisagem se relaciona ao campo de visão do espaço e sua dimensão, fruto das ações humanas e, por isso, desperta memórias e sentimentos individuais de determinado observador. As ações humanas como parte do processo de construção da paisagem constituem uma ideia que surge da emergência do debate ambiental que toma força nos anos 70. É nesse período que surgem, também, vertentes como a História Ambiental, que buscam estudar a relação do homem com a natureza na análise da paisagem (PRIORI; PAIXÃO, 2015).

3.1 – Paisagens urbanas e mineração

A História Ambiental é uma vertente das ciências humanas que busca compreender a relação entre as sociedades e a natureza. Ainda um campo recente, é fruto da tomada de consciência ambiental que surge nos anos 70, muito em função das realidades construídas pela ação humana e a industrialização. Reunindo temas antigos e atuais da historiografia, a História Ambiental se utiliza das técnicas de pesquisas conhecidas pelos antigos historiadores, vista sob novas perspectivas, a fim de se estabelecer uma relação entre a história natural e a história social (PRIORI; PAIXÃO, 2015). Essas novas perspectivas, no entanto, dizem respeito, muitas vezes, à abertura para outros campos das ciências sociais que já se dedicam ao estudo da paisagem, como a Geografia, por exemplo.

Na Geografia, o conceito é amplamente discutido e pensado há mais de um século. Salgueiro (2001) aponta a pintura como um primeiro processo de valorização territorial que apresentou o espaço com um potencial estético. As paisagens nas pinturas instauram uma nova forma de olhar para o território em busca de prazer, tirando dela o caráter “divino” que era atribuído à natureza e tornando-a um objeto de conhecimento manipulável e transformável para fins diversificados (SALGUEIRO, 2001). Esse processo de exploração da paisagem como fonte de conhecimento foi acompanhado por um processo real de exploração e consumo do espaço, que fez com que, conforme aponta Salgueiro (2001), a sustentabilidade fosse um dos principais desafios para o século XXI.

Ao analisar o conceito de paisagem urbana construído por Gordon Cullen, Roberto Sabatella Adam (2008) aponta que, devido à sua simplicidade, ele é amplamente utilizado como ferramenta de avaliação do espaço urbano. Para Cullen (1983 *apud* ADAM, 2008, p. 63), “a paisagem urbana é a arte de tornar coerente e organizado, visualmente, o emaranhado de edifícios, ruas e espaços que constituem o ambiente urbano.” O autor parte de três premissas para a elaboração do conceito. A primeira diz respeito à “ótica, que é a visão serial propriamente dita”, o que se percebe quando se olha e está a mudar a cada esquina que se vira; a segunda se relaciona ao local, ou seja, as “reações do sujeito com relação a sua posição no espaço, vulgarmente denominado sentido de localização”; a terceira, por sua vez, está atrelada ao “conteúdo, que se relaciona com a construção da cidade, cores, texturas, escalas, estilos que caracterizam edifícios e setores da malha urbana” (ADAM, 2008, p. 63). Essa definição conversa com a ideia de Coelho (2007) de que a paisagem urbana é constituída de signos que evidenciam diferentes fases da sociedade, adquirindo, assim, uma dimensão simbólica que permite a leitura do espaço em determinado tempo. Conforme a autora,

se considerarmos que a paisagem contemporânea é decorrente de processos de transformação construídos socialmente, entenderemos que a paisagem não se esgota, e, que o desaparecimento de uma paisagem significa a substituição daquela paisagem por outra, não sua morte (embora essas substituições nem sempre representem mudanças positivas, acontecendo muitas vezes de forma autoritária e aleatória) (COELHO, 2007, p. 3).

Em 1942, com a instalação da CVRD na cidade de Itabira, inicia-se uma rotina que se escreve no horizonte. As fotografias compartilhadas no grupo *Fotos Antigas de Itabira (pessoas e locais)* mostram que, para além das serras marcadas pela exploração, na organização dos espaços da cidade se destacam elementos que evocam a presença da mineradora. A pesquisadora Maria do Rosário Guimarães de Souza (2007), em estudo sobre a produção do espaço de Itabira, aponta que ele

vai se constituindo e se transformando, inserido na lógica da produção industrial capitalista. As serras e picos são destruídos pela mineração enquanto o espaço urbano vai se remodelando em função das necessidades da indústria, tanto no que diz respeito à estrutura econômica, quanto no que toca aos espaços necessários para abrigar parte da força de trabalho crescente na mineradora (SOUZA, 2007, p.74).

Muitas dessas transformações foram registradas pelos moradores e materializadas em fotografias que despertam sentimentos manifestados em curtidas e comentários no grupo analisado. As ações da mineradora aparecem subjetivamente, uma vez que grande parte dessas mudanças se relaciona ao crescimento populacional proporcionado pelas oportunidades de trabalho que surgem junto com a indústria que se instala na cidade, o que causa, segundo Silva (2004), uma divisão entre os itabiranos dependentes da mineração e os itabiranos não dependentes.

Em Itabira, trabalhar na Vale ainda é um sinônimo de qualidade de vida, uma vez que no período em que a empresa era estatal – conhecido como época da “Mãe Vale” – seus funcionários recebiam cerca de 15 salários anuais, plano de saúde, cartão alimentação e auxílio na compra de material escolar, além de bolsas de estudo nas escolas particulares para os filhos (SILVA, 2004; MINAYO, 2004; FERREIRA, 2015). Tais benefícios contribuíram para a criação desse pensamento que se mantém mesmo após a privatização da empresa, em 1997. Ainda hoje, trabalhar na Vale é um sonho de muitos Itabiranos, a educação na cidade é reflexo desse campo de atuação profissional. Os benefícios ainda existem e não se comparam aos recebidos no período da “Mãe Vale”, mas o status atribuído permanece. A falta de consenso a respeito das ações da mineradora surge em alguns comentários presentes nas publicações compartilhadas no grupo, emergem em função dessas mudanças espaciais terem

ocorrido de maneira autoritária, marcada pelo argumento da modernização do espaço, sem se preocupar com a preservação do patrimônio histórico já constituído.

Dessa maneira, temos a exploração mineral e do ouro como atividades humanas de extrema importância na construção da paisagem de Itabira. De acordo com Priori e Paixão (2015), essas ações transformadoras ocupam posição central no estudo da paisagem. Os autores apontam as contribuições do alemão Carl Sauer ao apontar as influências das ações humanas no processo de transformação da paisagem. Sauer faz uma diferença entre “paisagens naturais” e “paisagens culturais”, sendo a primeira categoria constituída por espaços anteriores à ação humana e a segunda correspondente ao processo de transformação das paisagens naturais pelas ações humanas. Assim, “a cultura é o agente, a área natural é o meio e a paisagem cultural é o resultado” (SAUER, 2006, p. 70 *apud* PRIORI; PAIXÃO, 2015, p. 162). Os autores apontam que a produção da paisagem é resultado das necessidades de determinadas sociedades e dos recursos tecnológicos que elas dispõem, logo, evidencia a sua forma de organização e sua história, sendo assim, concordando com Passos (1997), um espaço tridimensional: natural, social e histórico.

No caso de Itabira, onde a exploração de ouro e minério é a ação humana de maior influência no processo de produção do espaço, sua paisagem urbana evidencia uma cultura de consumo do espaço, marcada pelos taludes que caracterizam o horizonte explorado pela Vale, o crescimento urbano desorganizado caracterizado pela destruição de um patrimônio arquitetônico e o surgimento desordenado de prédios, avenidas e bairros. A favelização, processo que tem interferência na composição dessa paisagem, reflete um modelo de organização vigente, o capitalismo, marcado pela desigualdade social. Assim, de acordo com Pimentel (2008, p. 4), a “paisagem desempenha um importante papel na fixação das identidades locais, uma vez que nela estão expressos os sinais do passado e os valores culturais e sociais que constituem verdadeiros elementos paisagísticos identitários”.

Essa noção de pertencimento surge dessa relação que se cria com o espaço, relação que constrói memórias e, nesse sentido, não é necessariamente positiva. Há dois discursos preponderantemente em disputa: o modernizador, que justifica as transformações sofridas na paisagem de Itabira, e outro contrário, que destaca o consumo da terra, a exploração dos trabalhadores e as poluições ao meio ambiente. O segundo é fruto da ideia de “morte da paisagem”, apontada por Coelho (2008), que, apesar de não significar o seu fim, significa uma ruptura nas relações individuais que se criaram com determinadas paisagens, pois

A cidade, natureza transformada e artificializada pela ação social, acumula nos seus artefatos o tempo humano. A mudança de postura ideológica da sociedade em relação ao seu patrimônio cultural revela novos universos simbólicos que perfazem um processo contínuo de alteração de valores (LUCHIARI, 2005, p. 96).

Entendendo essa mudança de postura como uma situação imposta pelo discurso desenvolvimentista que impulsiona, até hoje, essa contínua alteração de valores, a paisagem que se constrói em Itabira revela esse estado de dominação. Como os taludes de minério que caracterizam o horizonte norte de Itabira, verdadeiros muros que impedem a cidade de crescer naquela direção. Há, então, uma naturalização dessas paisagens. São 75 anos inseridos na lógica empresarial que se inscreve nas práticas sociais que se estabelecem na cidade. São valores que foram alterados, e estão em constante alteração, dependentes das interferências das ações da mineradora para com o entorno da cidade pública. Ou, conforme Luchiari (2005), dependentes do projeto político construído pelas estruturas dominantes na cidade que decidem e selecionam quais bens serão ou não mantidos na composição espacial da cidade. Processo que toca na construção das identidades, nas relações com a memória individual e coletiva e no pertencimento.

3.2 – A busca pela memória

No Brasil, a atenção dada ao passado e o resgate da memória das cidades é ainda uma novidade, uma vez que o século XX trouxe consigo a ideia de se olhar para o futuro a fim de atingirmos determinado progresso (ABREU, 1998). De 1930 a 1980 muitas cidades brasileiras passaram por processos de desenvolvimento em função da industrialização do país. Nesse processo, a história é marcada por grandes conflitos internos e externos, que se relacionam aos interesses nesse país produtor e moderno. Abreu (1998) não nega que muitos avanços foram alcançados, mas aponta que esses conflitos de interesses que marcaram essa busca pela evolução levaram à atual descrença no futuro, refletindo essa angústia que direciona, novamente, a atenção para o passado a fim de compreender o presente e, conseqüentemente, hipotetizar o futuro.

O passado é uma das dimensões mais importantes da singularidade. Materializado na paisagem, preservado em "instituições de memória", ou ainda vivo na cultura e no cotidiano dos lugares, não é de se estranhar, então, que seja ele que vem dando o suporte mais sólido a essa procura de diferença. A busca da identidade dos lugares, tão alardeada nos dias de hoje, tem sido fundamentalmente uma busca de raízes, uma busca de passado. (ABREU, 1998, p. 7).

A característica afetiva, de acordo com Priori e Paixão (2015), se relaciona com a noção de pertencimento que a paisagem cria nas pessoas (ou não), além de evocar lembranças. “Antes de poder ser um repouso para os sentidos, a paisagem é obra da mente” (PRIORI; PAIXÃO, 2015, p. 164). Os autores apontam que, se reconhecemos o legado da memória que a natureza produz, admitimos que nem sempre a paisagem é um local de mero prazer.

No grupo *Fotos Antigas de Itabira*, por exemplo, essa busca por um passado revela essa dimensão afetiva da paisagem. A cidade carece de espaços de memória e, paralelamente a essa realidade, ela se transforma a cada dinamite que explode nas minas de minério de ferro. Sua população se perde nas lembranças de uma Itabira pré-mineração, na Itabira do ferro e na dúvida do que será a próxima Itabira. Nos debates que surgem no grupo há reações que apontam o desenvolvimento que a cidade alcançou a partir da mineração, mas prevalece um discurso de descontentamento pela perda da característica de paisagens anteriores, além de um repúdio às paisagens que evocam diretamente a presença da atividade mineradora na cidade ou a possibilidade de uma futura perda dela. Essas divergências se dão, pois o grupo é um espaço onde se compartilham memórias individuais que, de acordo com Priori e Paixão (2015), podem ser dilatadas e/ou alteradas com o tempo, pois são carregadas de subjetividades e muitas vezes não condizem com os fatos históricos, pois os fragmentos de lembranças pessoais são constituídos de significados que nós atribuímos aos acontecimentos.

Abreu (1998) aponta para a dimensão individual da memória. Baseando-se na análise de *Em busca do tempo perdido*, de Marcel Proust, feita por Georges Poulet, ele chama atenção ao fato de as lembranças individuais sempre estarem ligadas a uma noção de tempo e espaço e atribui a elas uma importante contribuição para o resgate da memória das cidades. “A partir dela, ou de seus registros, pode-se enveredar pelas lembranças das pessoas e atingir momentos urbanos que já passaram e formas espaciais que já desapareceram” (ABREU, 1998, p. 11). Conforme apontam Priori e Paixão (2015), lembranças individuais contribuem para a construção de uma memória coletiva, ferramenta importante para o estudo da relação que se estabelece entre a sociedade e a natureza. Maurice Halbwachs, que se debruça sobre a memória coletiva, fala dessa relação espaço-temporal que ela apresenta. Diferente da relação que se cria na memória individual, que pode sofrer alterações relacionadas à subjetividade de cada sujeito, a memória coletiva resulta das experiências que vivemos e que se relacionam com os grupos sociais dos quais somos ou fomos parte. “Ela é um conjunto de lembranças construídas socialmente e referenciadas a um conjunto que transcende o indivíduo” (ABREU, 1998, p. 12). Está relacionada, de acordo com o autor, não à experiência individual ou a um

determinado espaço, mas à inserção de um grupo a qual o indivíduo faz parte àquele local. “Um espaço, enfim, que foi compartilhado por uma coletividade durante um certo tempo, seja ele a residência familiar, a vizinhança, o bairro, o local de trabalho” (ABREU, 1998, p.12). Dessa forma, podemos entender melhor quando Halbwachs diz que

Nossas lembranças permanecem coletivas e nos são lembradas por outros, ainda que se trate de eventos em que somente nós estivemos envolvidos e objetos que somente nós vimos. Isto acontece porque jamais estamos sós. Não é preciso que outros estejam presentes, materialmente distintos de nós, porque sempre levamos conosco e em nós certa quantidade de pessoas que não se confundem (HALBWACHS, 2006, p. 30).

Nesse sentido podemos dizer que, mesmo quando se acredita estar sozinho, na verdade se está rodeado de pessoas, lembranças compartilhadas de outros grupos que ficam na bagagem de cada um. Os processos de lembrar e esquecer-se das coisas, esse movimento próprio da memória que atravessa as nossas relações. Abreu (1998) salienta que, para se traçar a memória de uma cidade, a análise não pode partir das pessoas que nela vivem, pois em uma mesma cidade podem existir diversas memórias coletivas que podem ser diferentes entre si e que têm em comum apenas a aderência a essa mesma cidade. Isso se dá, pois a cidade não é um local de vivências homogêneas, apesar de ser o lócus de relações sociais.

Ao eternizarem-se em registros permanentes, essas memórias urbanas não perdem seu caráter específico, sua vinculação ao grupo ou classe que as produziu. Há algo mais a considerar. Nem todas as memórias coletivas urbanas conseguiram ser registradas. Muitas perderam-se no tempo, o que faz com que os vestígios do passado que subsistiram na paisagem ou nas instituições de memória sejam apenas fragmentos das memórias coletivas que a cidade produziu. E fragmentos muito especiais, pois estão geralmente ligados a estruturas de poder (ABREU, 1998, p. 15).

Dessa forma, podemos entender que o movimento do grupo *Fotos Antigas de Itabira* é antes uma busca dessas memórias coletivas que coexistem na cidade, do que uma busca pela memória da cidade em si. A partir dos conteúdos publicados é possível perceber a qual grupo eles pertenciam. E entender qual o tipo de relação determinado grupo teve/tem com a cidade, podendo ser de dominação, cooperação ou conflito (ABREU, 1998). Sobre as características da memória coletiva de Halbwachs, Abreu (1998) aponta sua constante transformação, em função dos movimentos que fazem com que os grupos que as sustentam se alterem ou se desfaçam.

Quando um período deixa de interessar ao período seguinte, isto não quer dizer que o grupo se esqueceu de uma parte do passado. O que acontece é que, na realidade, o

grupo já não é mais o mesmo. Quando isto acontece, e se não se quer perder uma lembrança que não mais se sustenta por si mesma na consciência dos grupos, é comum então que esta lembrança seja eternizada, que seja registrada, transformando-se então em memória histórica (ABREU, 1998, p. 13).

Muitos dos grupos sociais presentes na cidade atualmente não têm relação com esse passado pré-mineração e a ausência de espaços de memória na cidade só reforça o esquecimento desse passado. Nesse “encontro” virtual que atinge grupos antigos e outros que se formaram na atual organização da cidade, e que se relacionam com as paisagens urbanas tal qual elas são, há uma intenção de manter vivas as memórias que transformaram Itabira e sua população em “noventa por cento de ferro nas calçadas, oitenta por cento de ferro nas almas” (ANDRADE, 2007, p. 68). O pesquisador Otávio Costa, que traça uma relação entre paisagem e memória, aponta que “a paisagem vernacular atesta a relação que um determinado grupo social mantém com o lugar, expressando a sua formação e continuidade, mantidas através de práticas culturais” (COSTA, 2008, p.153).

Nesse sentido, Candau (2014) chama atenção para o processo de transmissão como parte importante para abordagem da memória. Os processos de externalização da memória permitem transmiti-la e sem esse movimento não há socialização (CANDAU, 2014). O autor se dedicou a desdobrar o conceito de memória e

buscar compreender como passamos de formas individuais para formas coletivas de memória e identidade. Para Candau, ao nos interrogarmos sobre esta passagem, partimos da premissa de que ela, de fato, existe e que, portanto, deve ser considerada e demonstrada. (BARBOSA, 2014, p. 428).

O autor reforça que os conceitos de memória e identidade são indissociáveis e, não são centrais nos debates e ações dos grupos que determinam e selecionam os patrimônios que serão preservados, restaurados e conservados (BARBOSA, 2014). Dessa maneira, sem deixar de reconhecer as contribuições de pensadores da memória como Halbwachs, o autor elabora uma crítica fragmentação do conceito, dividindo-o em três posições. De acordo com Matheus (2011, p. 303), a protomemória diz respeito à “memória social incorporada, tal como se expressa, por exemplo, nos gestos, nas práticas e na linguagem”, a memória “trata-se da evocação ou recordação voluntária” e a metamemória “diz respeito à construção identitária”. Dessa forma, Candau propõe uma reformulação do pensamento de Halbwachs, que foi alvo de muitas críticas devido a sua fragilidade e confusão entre a memória individual e coletiva, sendo que as duas primeiras são de caráter individual e só a metamemória possível de ser compartilhada (MATHEUS, 2011).

O grupo *Fotos Antigas de Itabira* é um espaço digital que permite essa transmissão da metamemória, que não pode ser entendida como pura repetição de valores, tradições e saberes de determinado grupo a outros. Ela atua, como afirma Candau (2014, p. 106), “no complexo jogo da reprodução e da invenção, da restituição e da reconstrução, da fidelidade e da traição, da lembrança e do esquecimento”. Por essa razão, é importante que esse movimento com a memória seja acompanhado de uma base mais fiel, a história. Não obstante esse trabalho se inicia com um levantamento histórico do processo de formação da cidade de Itabira. Como bem aponta Abreu (1998), a memória, individual ou coletiva, pode ser entendida como um processo de seleção, já a história tenta alcançar uma objetividade e, portanto, é mais fiel que a memória.

4 – METODOLOGIA

*“De Itabira trouxe prendas diversas que ora te ofereço:
este São Pedro do velho santeiro Alfredo Duval;
esta pedra de ferro, futuro aço do Brasil;
este couro de anta, estendido no sofá da sala de visitas;
este orgulho, esta cabeça baixa...*

*Tive ouro, tive gado, tive fazendas.
Hoje sou funcionário público
Itabira é apenas uma fotografia na parede.
Mas como dói!”*

(Confidência do Itabirano, Carlos Drummond de Andrade)

Itabira registra um pouco mais de trezentos anos de história. Do vilarejo que se formou ao pé do Pico do Cauê até a cidade que recebeu as primeiras instalações da CVRD no Brasil, muita coisa aconteceu. Inicialmente, a proposta deste trabalho era registrar as memórias de itabiranos em uma reportagem multimídia que tinha como pauta a apropriação dos espaços da cidade pela mineradora. Esse processo, que durou de março a julho de 2017, foi importante para me aprofundar mais sobre a relação com o passado de Itabira e, principalmente, com os anos iniciais da mineração. Tive a oportunidade de entrevistar antigos operários e moradores dos bairros funcionais. Experimentar os espaços de memória da cidade, como o Arquivo Municipal, a Biblioteca Pública da Fundação Cultural Carlos Drummond de Andrade e me debruçar sobre obras como *A Terceira Itabira*, de Maria das Graças Souza e Silva, e *De Ferro e Flexíveis*, de Maria Cecília Minayo, que trazem a problemática da mineração em Itabira sob a ótica espacial, social e ambiental, bem como sob a perspectiva do trabalhador, respectivamente. É importante ressaltar as contribuições da pesquisa *Mineração em Serra tanto bate até que seca*, de Ana Gabriela Ferreira, que traz a perspectiva dos itabiranos não dependentes da mineração. Essas e outras referências aparecem no capítulo dedicado à relação de Itabira com a mineração e são de extrema importância na construção metodológica deste trabalho, pois ampliaram o entendimento sobre a própria cidade, evidenciando um passado comum das cidades latino-americanas, deixando de lado um entendimento individual, enquanto itabirano, e somando-o às produções já existentes sobre as interferências das políticas neoliberais no cotidiano de diversas cidades. Nesse processo pude confirmar muitas das sensações que já tinha e construir posições mais concretas a respeito dessa relação social que é marcada a ferro.

As leituras acerca dos conceitos de paisagem e memória são fundamentais para construção dessa análise, pois permitiram entender que este trabalho é, também, fruto de afetos e experiências vividas em determinados espaços de Itabira. Espaços em que voltei recentemente para um primeiro processo de captação de imagens para a construção do produto que se pretendia. Espaços que enquadrei, olhei através de lentes e que chamaram a atenção para o valor deles e a carga de história que eles carregam. Os conceitos apresentados no capítulo do referencial teórico são importantes para delimitar os filtros utilizados na análise que aqui se constrói. Olhar para as fotografias na busca de uma cidade, de uma paisagem urbana que expõe aspectos da história da cidade, sentir e perceber aquilo que elas evocam em mim e nos outros membros do grupo *Fotos Antigas de Itabira*. Uma das razões para que esse trabalho tenha se convertido em uma monografia foi a ausência de espaços físicos de memória na cidade de Itabira. Além disso, durante a pré-produção da reportagem, tive dificuldades em encontrar as fontes que poderiam contribuir. Muitas pessoas que morreram ou já estão debilitadas, outras que já não moram na cidade e aqueles que preferiram esquecer, não falar ou não olhar para trás. Nessa busca por fontes, pela história das pessoas da cidade e do próprio município, encontrei o grupo.

Carlos Drummond de Andrade, que nasceu na Itabira de 1902 e ali viveu sua infância, é muito preciso em seus versos ao apresentar as transformações que orientam esta análise. Nestes trezentos anos de história, a própria cidade teve seu auge econômico vindo da exploração de ouro, já foi sustentada pela pecuária e hoje vive na lógica moderna de burocracias, consumo e exploração. Nas paredes das casas, lembranças de um tempo que não volta mais. No *Facebook*, o grupo *Fotos Antigas de Itabira (pessoas e locais)* permite que essas fotografias retornem para os olhares itabiranos. Ali se compartilham lembranças, saudades e revoltas. Da Itabira que não foi e da que poderia ter sido. Da Itabira que é e da Itabira que será.

A paisagem contida naquelas fotografias desperta em mim aquele estado explorado por Didi-Huberman: a emoção. “[...] um movimento para fora de si: ao mesmo tempo em mim (mas sendo algo tão profundo que foge a razão) e fora de mim (sendo algo que me atravessa completamente para, depois, se perder de novo)” (DIDI-HUBERMAN, 2016, p. 28). Considerar as emoções como parte dessa análise é resultado de um primeiro processo de observação. Elas permeiam grande parte das interações que ocorrem no grupo. Está presente nos comentários, nos textos que acompanham as publicações e, inclusive, no objetivo que levou à criação desse espaço virtual e na elaboração desta pesquisa. Ela é, como apontado por

Didi-Huberman (2016), uma possibilidade de transformação daquele que ela atravessa caso se converta em ações e palavras.

No caso do grupo, essas emoções se convertem na busca por manter um registro fotográfico dos espaços e pessoas da cidade, além das palavras que contribuem para a construção de memórias coletivas sobre a história de Itabira. No caso dessa pesquisa, as emoções se convertem em análises, questionamentos e hipóteses que guiam a busca por entendimento a respeito da relação da cidade de Itabira e sua população com esse histórico de cidade mineradora.

Portanto, a seleção do material analisado se deu a partir de dois filtros iniciais: espaços da cidade que sofreram grandes alterações na paisagem urbana e número de comentários na publicação. Foram selecionadas 17 publicações, sendo duas constituídas apenas de texto verbal e 15 que compartilhavam fotografias. Elas foram publicadas entre novembro de 2016, próximo à criação do grupo, e janeiro de 2018. A seguir, elas serão analisadas sob a ótica das leituras de paisagem e memória, a fim de descobrir o que as paisagens representadas nas fotografias revelam sobre a história da cidade, sobre a cultura de mineração que se vivencia no cotidiano, focando principalmente na relação criada por Silva (2004) sobre as três Itabiras. De acordo com a autora, a primeira Itabira seria aquela de mineração rudimentar, da forja de ferro ainda em caráter embrionário, a Itabira do Ouro e as primeiras formações espaciais que começam em função da exploração das minas. A segunda Itabira é a da CVRD, da companhia que chega e que dura até hoje. A terceira Itabira, por sua vez, seria aquela que ainda desconhecemos, a Itabira pós-mineração, que será resultado de tudo aquilo que foi e que é.

Silva (2004) constrói sua obra com base em um questionamento feito por Drummond sobre o destino da cidade após a mineração e expõe os processos de construção espacial em determinados momentos, diferenciando e caracterizando as duas primeiras fases da cidade. Nesse sentido, não ignoraremos as obras do poeta que falam sobre a cidade de Itabira e sua relação com a exploração de minério. Aqui, traremos a obra do autor como um complemento das pesquisas que temos como base, como uma fonte poética que transformou esse complexo jogo de transformações da paisagem, em narrativas profundas e fortes sobre a cidade.

Tal análise pode ser articulada às noções apresentadas por Ângela Marques acerca das potências das imagens de “não apenas de mostrar o visível, mas de fornecer pistas acerca do dispositivo por meio do qual o visível é apreendido” (MARQUES, 2014, p. 63). Dessa forma, temos em comum, nas publicações selecionadas, a imagem como uma possibilidade de “desvelar potências, reconfigurar regimes de visibilidade e questionar ordens discursivas opressoras” (MARQUES, 2014, p. 68). Com base na revisão das obras do filósofo francês

Jaques Rancière, apresentada por Marques (2014), a análise pretende investigar o grupo enquanto espaço de dissenso e de partilha do sensível.

A análise é inspirada no método proposto por Warburg, que, como apresentado por Didi-Huberman (2013, p. 423), busca “pensar cada imagem em relação a todas as outras, e de que esse próprio pensamento faça surgirem outras imagens, outras relações e outros problemas, até então ocultos, porém não menos importantes”. Vale destacar essa inspiração, uma vez que a análise realizada não é totalmente fiel ao método Warburgiano, até mesmo em função das especificidades do objeto analisado. É uma análise verbo-visual que engloba as fotografias, os textos, comentários e as imagens que são criadas verbal e visualmente, relacionadas entre si. Nesse sentido, não é a intenção deste trabalho esgotar as possibilidades de análise de cada publicação. Pelo contrário, é interminável justamente por se encontrarem no campo dos problemas e sintomas da história, carregam valor transindividual e estão inseridas em um terreno acidentado, marcado pelo “drama da alma [...] sempre reconduzido de símbolos a sintomas, de imagens culturalmente produzidas a imagens obscuramente sonhadas, de territórios a migrações” (DIDI-HUBERMAN, 2013, p. 423).

As publicações selecionadas para análise foram relacionadas a fim de criar uma representação da narrativa dos processos históricos da cidade e de como eles tocam na vida da população. O processo de seleção se deu pela rolagem no gigantesco arquivo de publicações do grupo, além da digitação de palavras chaves como “mineração, vale e CVRD” na barra de pesquisa. Das escolhas iniciais, como apontado pelo método de Warburg (DIDI-HUBERMAN, 2013), outras imagens são evocadas, sendo assim, um outro filtro para a escolha do material de análise foram representações de contextos que pudessem surgir no processo de leitura das fotografias ou da publicação.

5 – MAIS QUE FOTOGRAFIAS NA REDE SOCIAL

O Grupo *Fotos Antigas de Itabira (pessoas e locais)* foi criado no final de 2016 e possui cerca de 13.500 membros. Moradores e ex-moradores da Cidade do Ferro retornam seus olhares para representações das paisagens urbanas das Itabiras que foram registradas e compartilhadas através da plataforma do *Facebook*.

O grupo é administrado por sete pessoas, sendo que quatro delas movimentam o espaço quase que diariamente, seja com publicação de fotos ou com comentários em fotografias que já estavam esquecidas no final da *timeline* da rede. Muitas publicações deixam ver processos e relações criadas com determinados espaços da cidade, seja um casarão que era da família ou pelo simples fato de passar sempre por esta ou aquela rua. Nesse jogo que envolve lembranças, esquecimentos, afetos e revoltas, as imagens, além do potencial de memória, se apresentam como ferramentas capazes de criar espaços de debates a respeito de questões mais atuais da cidade.

Entre as regras fixadas no topo das publicações se destaca o objetivo de ser um espaço para que se compartilhem lembranças do passado da cidade, mas uma observação chama atenção: pede-se respeito às divergências políticas que podem surgir dependendo do teor das publicações. Pede-se também que haja o cuidado de se publicar as fotografias com créditos de autor e sem violar os direitos autorais de ninguém, mas essa parte das regras é ignorada pela maioria dos membros (inclusive por alguns moderadores).

5.1 – As representações da primeira Itabira

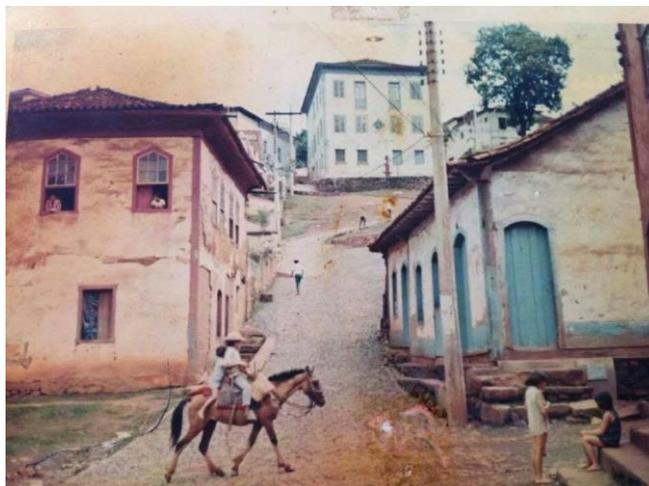


Figura 1: Avenida Carlos Drummond de Andrade.

Fonte: Fotos Antigas de Itabira



Figura 2: Paredão da Rua Tiradentes.
Fonte: Fotos Antigas de Itabira

A formação urbana de Itabira se deu em função da exploração do ouro e reproduz um modelo característico das cidades que surgiram em contextos semelhantes (SILVA, 2004). Dotada de elementos que se relacionam ao período histórico do ciclo do ouro, como casarões que representam uma população enriquecida pela exploração, as ladeiras, o calçamento “pé-de-moleque”⁵. Tais elementos possuem um valor simbólico em cidades mineiras onde tal patrimônio foi preservado, como Ouro Preto, Mariana e Diamantina. Este não é o caso de Itabira, poucas são as edificações que ficaram. As fotografias acima (Figuras 1 e 2) trazem uma representação do centro histórico da cidade, que atualmente comporta uma pequena parte de casarões preservados. As datas são desconhecidas, os autores das fotografias também. Elas foram publicadas no grupo e receberam comentários que se relacionam com memórias do período classificado por Silva (2004) como a primeira Itabira, a cidade onde as janelas se olham devagar, como bem descreve Carlos Drummond de Andrade no poema *Cidadezinha Qualquer*.

A paisagem tranquila que Drummond descreve, representada nas fotografias, desperta as reminiscências dessa época. São lembranças da ladeira que se subia para ir à escola, do casarão que hoje não existe mais. O olhar se volta para o passado e, então, traz à tona as

⁵ Calçamento de pedras, propositalmente irregular para evitar que as tropas de carregamento de ouro atolassem nos dias de chuva.

O primeiro comentário traz uma referência à música *O Trem que leva Minas*, do compositor itabirano Newton Baiandeira e se refere ao processo de reconfiguração urbana que a cidade sofreu ao receber as instalações da CVRD. A empresa é implicitamente citada a partir do “trem”, símbolo que a representa. A atividade mineradora está oculta na imagem, mas é evocada a partir da relação que se traça entre as transformações que descaracterizaram a paisagem representada na fotografia. Além disso, o segundo comentário propõe uma agitação política em relação à mineração e ao duplo comando ao qual Itabira está submetida (Minayo, 2004). O sentimento de “desmando” reflete o poder político da empresa dentro da cidade, a liberdade que ela tem de transformar paisagens em detrimento de suas atividades (SILVA, 2004).



Figura 5: Print da publicação do dia 13 de dezembro de 2017

Fonte: Fotos Antigas de Itabira

A publicação⁷ do dia 13 de dezembro (Figura 5) traz uma representação do paredão da Rua Tiradentes, localizado no centro histórico da cidade, é o lugar que abriga os fantasmas da primeira Itabira. O texto que acompanha a imagem já sugere essa divisão do tempo histórico da cidade entre o antes e depois da Vale. A empresa é lembrada nos comentários, principalmente pelo fato de a foto deixar ver o espaço onde hoje se localiza o Clube Atlético Itabirano, o segundo clube recreativo que surgiu na cidade. O primeiro foi o Valério, criado pela CVRD. No entanto, a paisagem revela o tipo de relação que era estabelecida entre

⁷Disponível em: <<https://goo.gl/rXdVAG>>.

determinados grupos sociais e os espaços (COSTA, 2008). Dessa maneira, os comentários chamam atenção para uma tradição comum nas antigas cidades pequenas, o *footing* – caminhar em inglês – considerado o flerte antigo, no qual os homens e mulheres se arrumavam para, literalmente, andar pela cidade e se olhar, a fim de estabelecer algum contato que pudesse resultar em um relacionamento.

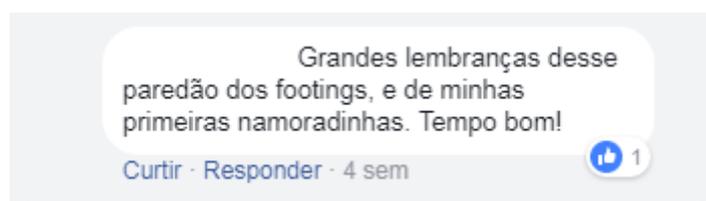


Figura 6: Print de comentário na publicação do dia 13 de dezembro de 2017
Fonte: Fotos Antigas de Itabira

O comentário (Figura 6) evidencia uma relação construída pelos jovens da primeira Itabira com o local. As lembranças dos romances de juventude são evocadas a partir da representação da paisagem da Rua Tiradentes, um dos espaços da cidade que menos se alterou. Diferente da fotografia da Avenida Carlos Drummond de Andrade (Figura 1), que sofreu grandes alterações, as transformações não são o principal elemento que aparece nas lembranças. Aqui, a memória é guiada também pelo afeto, pelas relações criadas com a paisagem e as transformações acabam por ficar em segundo plano. Já na Figura 1, a relação que se cria parte da diferença de como era e como está o espaço representado. A relação afetiva, que também existe, é ofuscada por essa relação da transformação, que, como dito anteriormente, desperta discursos e debates de ordem política, fruto do que Abreu (1998) reflete sobre o processo de revalorização do passado das cidades, muito comum em lugares que sofreram grandes alterações.

Nesse sentido, podemos pensar as imagens como algo que vai além da reprodução da realidade, são “antes um jogo de manifestação e ocultamento, um conjunto de relações e operações entre o dizível e o visível” (MARQUES, 2014, p.69). Relações que influenciam na leitura do que é visto e na forma como captamos a imagem, que se criam e determinam as imagens. “As relações que se estabelecem dentro e fora do âmbito artístico, que pré-configuram enunciados, que montam e desmontam relações entre o visível e o invisível, o dizível e o silenciável” (MARQUES, 2014, p. 69). Essas relações são evidenciadas nos comentários feitos nas publicações. Representadas pelas lembranças, as críticas, os caminhos que os textos que acompanham as imagens sugerem. As duas imagens analisadas até aqui apontam uma relação de saudosismo com a primeira Itabira, relação esta, atravessada pela

chegada da mineradora e pelas transformações que remodelaram os espaços da cidade, deixando apenas lembranças da cidade pacata e tranquila representada nas imagens. Com um discurso modernizador, Itabira foi crescendo e em sua paisagem ficou registrada essa cultura mineradora que se instalou junto com a empresa.

5.2 – O progresso que chega

A fotografia da Rua Água Santa⁸ por volta dos anos 40/50 (Figura 7) traz uma representação de uma paisagem que remete ao crescimento da cidade em função da mineração.



Figura 7: Rua Água Santa.
Fonte: Fotos Antigas de Itabira

A presença de carros, por exemplo, já evidencia a chegada de um “progresso” trazido pela CVRD, como era esperado por alguns segmentos da sociedade da época. As ruas de terra, por sua vez, remetem ao período inicial das atividades da Companhia que, como apontado por Silva (2004), sofreu várias crises iniciais até se consolidar. Esse “progresso”, portanto, se mostrou um contínuo movimento de transformação dos espaços do município que continua até hoje, gerando debates a respeito de ordem econômica, ambiental, social e afetiva. Um dos comentários diz:

⁸Disponível em: <<https://goo.gl/Pw5J4B>>.

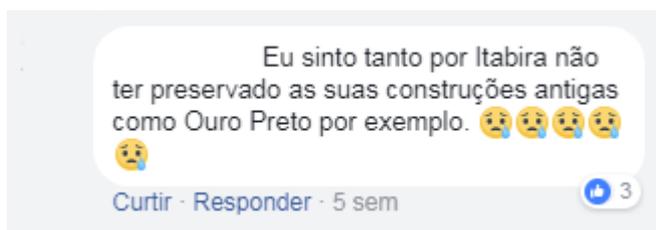


Figura 8: Um dos comentários sobre a foto da Rua Água Santa publicada no dia 6 de dezembro de 2017.
Fonte: Fotos Antigas de Itabira

A ideologia de “fé no futuro” que ganha espaço a partir da República, com apoio das elites, tinha como foco a industrialização e modernização do país, abrindo mão de suas paisagens antigas em detrimento de transformações avassaladoras que modificaram os espaços de muitas cidades brasileiras (ABREU, 1998). Em Itabira, a instalação da CVRD reduz, na paisagem da cidade, a existência de um passado secular, limitando-o à preservação de poucos casarões. Além disso, produz uma reconfiguração e expansão do centro da cidade. Muitos casarões deram lugar ao comércio nesse processo, que se intensificou na medida em que a mineradora ia crescendo.



Figura 9: Print da publicação do dia 15 de dezembro de 2017 que mostra o início do bairro Areão.
Fonte: Fotos Antigas de Itabira

O bairro Areão, representado na fotografia compartilhada⁹ no grupo (Figura 9), é um exemplo de como a mineradora se inscreve na paisagem urbana da cidade. A rua que aparece em primeiro plano é a Avenida Rio Doce. O bairro, próximo do centro, é cortado pelas linhas

⁹Disponível em: <<https://goo.gl/HfA8pp>>.

de trem, como se vê ao fundo, do lado direito da imagem. Além de abrigar o prédio do primeiro escritório da CVRD e uma praça de grande potencial turístico que exhibe uma réplica de uma locomotiva a vapor como atração, acompanhada por uma placa dos Caminhos Drummondianos¹⁰ com o poema *O Maior Trem do Mundo*, que em um de seus versos diz “O maior trem do mundo, transporta a coisa mínima do mundo, meu coração itabirano” (ANDRADE, 2007, p. 1450). Essa composição, no mínimo contraditória, é contemplada por turistas e moradores e pode ser entendida como um ponto de dissenso na própria memória da cidade, que carrega como principais elementos de seu patrimônio turístico uma das maiores empresas de mineração do mundo e um dos maiores críticos às suas atividades. A publicação em questão recebeu poucos comentários, mas chamam a atenção os elementos destacados no texto que acompanham a imagem, sobretudo a “antiga linha férrea”, onde, hoje, uma parte dá lugar a uma das principais avenidas comerciais fora do centro da cidade e outra parte continua cortando o bairro e colaborando com sua paisagem sonora constituída pelo barulho de buzinas e motor de locomotivas, além de sirenes de sinalização da passagem dos trens de carga.

A fotografia em questão revela a sua potência antes mesmo de ser publicada no grupo. Encontrada em uma revista, ela se materializa, agora, nas telas dos membros. Apesar da baixa qualidade, trazê-la de uma plataforma impressa em processo de deterioração pelo tempo, caracteriza uma ação movida pelo afeto, pelas memórias que motivaram alguém a publicar, pensar em um texto e outros a curtir e compartilhar. Em outras palavras, sua potência se revela pelo julgamento de importância atribuído àquela fotografia, por essa relação afetiva que criamos com os espaços e que vão atravessar a relação de pertencimento que criamos com eles (PRIORI; PAIXÃO, 2015).

¹⁰ Museu a céu aberto que relaciona os pontos da cidade destacados por poemas do poeta Carlos Drummond de Andrade, os Caminhos Drummondianos são formados por quarenta e quatro placas-poemas espalhadas pela cidade.



Figura 10: Casas construídas pela CVRD no bairro Campestre.
Fonte: Fotos Antigas de Itabira

A imagem do bairro Campestre (Figura 10) de 1979 foi publicada¹¹ no grupo no dia 3 de dezembro de 2017. O bairro foi construído pela CVRD para abrigar seus operários de nível técnico, em 1953, a fim de suprir as carências da cidade pública e manter seus funcionários de nível superior (SILVA, 2004). Além do Campestre, outros bairros funcionais foram criados, fazendo com que Itabira experimentasse uma “nova configuração do espaço residencial de maneira segregada e hierarquizada, imposta pela CVRD” (SILVA, 2004, p. 57). Os bairros funcionais se destoavam da área central, além de possuírem melhor infraestrutura em relação a saneamento, distribuição de energia e lazer. As casas iguais, a escola do bairro e a praça com parquinho são elementos que eram partilhados pelo grupo social que ali se estabelecia e, dessa partilha, os vínculos e relações que se criam vão atravessando as identidades e criando pertencimentos a determinados contextos sociais. Ferreira (2015, p. 72) aponta que, nos anos 60, surgem os bairros dos “excluídos da mineração: Vila Santa Rosa, Vila Santa Isabel, Vila Luísa Martins (atual João XXIII), Machado, e Praia”, o que aumenta esse contraste na configuração espacial da cidade. Atualmente, o Campestre é um bairro de classe média e as casas, que antes pertenciam à empresa, foram vendidas e reformadas, dando outra

¹¹Disponível em: <<https://goo.gl/n8M5Lq>>.

configuração para o local. Mas essa segregação que marca as primeiras configurações espaciais produzidas pela CVRD se mantém de certa forma, pois ao redor do bairro cresceram outras comunidades que, ainda hoje, carregam o estereótipo de periferia e marginalidade, devido à desorganização espacial que caracteriza sua paisagem urbana. O bairro Bela Vista, por exemplo, apesar de concentrar uma população beneficiada pela retomada do garimpo, nos anos 80 – que movimentou a bacia de rejeito do bairro Campestre após a descoberta de ouro no local – ainda é estigmatizado como um bairro perigoso e violento. Apesar da proximidade com o antigo bairro funcional, é comum encontrar em Itabira pessoas que fazem questão de reforçar os limites entre os bairros, a fim de deixar evidentes os espaços e a quem eles pertencem.

A publicação recebeu 20 comentários, alguns evidenciando essa relação de pertencimento que se constrói. A Rua João Luiz Silva Torres é identificada logo no primeiro comentário. Alguns marcam vizinhos que moraram por ali, outros reconhecem e apontam o seu espaço, como mostra a figura abaixo. Fica evidente o sentimento de um grupo que constituiu aquele espaço durante o período representado e a saudade marca a presença das emoções, que acompanha todo o processo de rememoração.

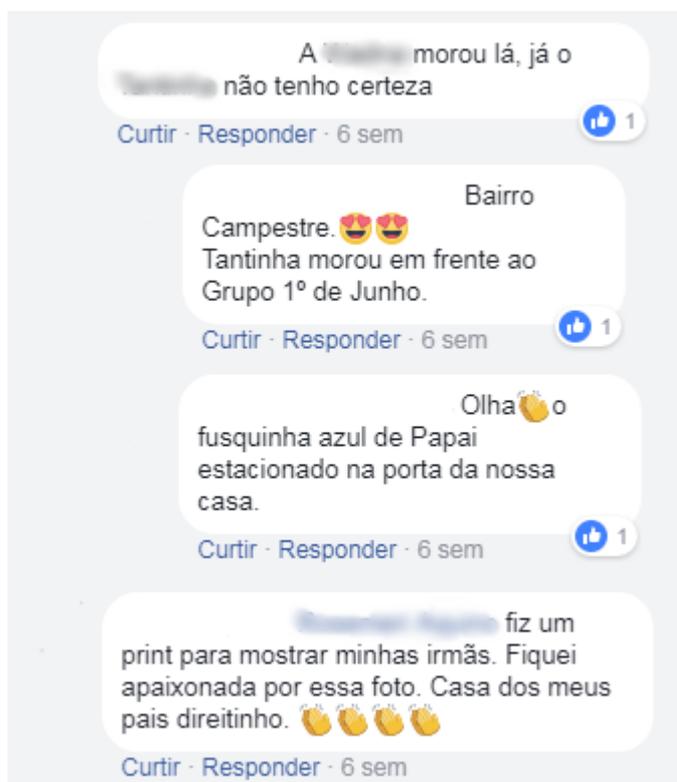


Figura 11: Print de alguns comentários que foram feitos na publicação com a imagem do bairro Campestre
Fonte: Fotos Antigas de Itabira

Esse processo de reconfiguração espacial interferiu na subjetividade itabirana de modo que, por muito tempo, existiu uma cidade dicotômica, dividida entre os espaços construídos pela mineradora e pelos espaços das primeiras formações urbanas da cidade (MINAYO, 2004). A publicação¹² do dia 23 de novembro de 2016 traz outra fotografia (Figura12) do bairro Campestre. Sem data definida, por volta dos anos 50/60. Outro exemplo do novo modelo de configurar o espaço, reproduzindo uma forma hierarquizada e segregatória. Como apontado por Silva (2004):

A segregação espacial é característica das cidades capitalistas, mas na cidade monoindustrial esse processo se intensifica e se mostra diferente da auto-segregação de uma cidade “normal” que ocorre “espontaneamente”, segundo os interesses dos diversos segmentos sociais. Nessa época, enquanto na cidade “normal” o lugar de concentração da população de alta renda é geralmente o centro onde existem melhores equipamentos e serviços urbanos, em Itabira, esses lugares são representados pelos bairros funcionais de *status* superior ligados à grande empresa. (SILVA, 2004, p. 37).

Com cerca de 100 comentários, a publicação (Figura 12) vem acompanhada de uma provocação: “Quem se lembra desse parquinho? Quem era o vigia?”. Muitos dos comentários trazem lembranças relacionadas ao parquinho, ao vigilante do espaço com o apelido de “Cai N’água”, que é lembrado em muitos dos comentários na tentativa de responder quem era a personagem da fotografia. Cai N’água pode ser entendido como representação policial no espaço, responsável por manter a ordem naquele lugar de partilha. Sua presença era determinante para definir como, quem e que parte cada um tomaria nessa partilha. Sobre essa participação nos espaços, Rancière chama de partilha do sensível o

sistema de evidências sensíveis que revela, ao mesmo tempo a existência de um *comum* e dos recortes que nele definem lugares e partes respectivas. Uma partilha do sensível fixa, portanto, ao mesmo tempo, um *comum* partilhado e partes exclusivas. (RANCIÈRE, 2015, p. 15).

Esse processo de repartição se insere em uma lógica de divisão de “espaços, tempos e tipos de atividades que determina propriamente a maneira como um *comum* se presta à participação e como uns e outros tomam parte nessa partilha” (RANCIÈRE, 2015, p. 15). Nesse sentido, o próprio vigilante toma parte de uma maneira diferente dos filhos de operários que moravam próximo ao local, tanto que muitos nem sabem o seu verdadeiro nome e sim apenas aquele que foi dado enquanto exercia seu papel de vigilante.

¹²Disponível em: <<https://goo.gl/RLSMmR>>.



Figura 12: Parquinho do bairro Campestre, imagem publicada em 23 de novembro de 2016.
Fonte: Fotos Antigas de Itabira

Outros comentários se relacionam com a criação da subjetividade itabirana influenciada pela mineração, e evidenciam essas diferentes formas de partilha dos espaços e o sentimento de pertencimento e não pertencimento a uma cidade que é pública e a outra que é privada (SILVA, 2004; MINAYO, 2004). Muitos dos comentários evidenciam uma relação de pertencimento, pois remetem às saudades, lembranças de quando se brincava naquele parquinho e das experiências que foram marcantes naquele período que a fotografia representa. No entanto, um comentário traz essa questão da segregação com mais força:

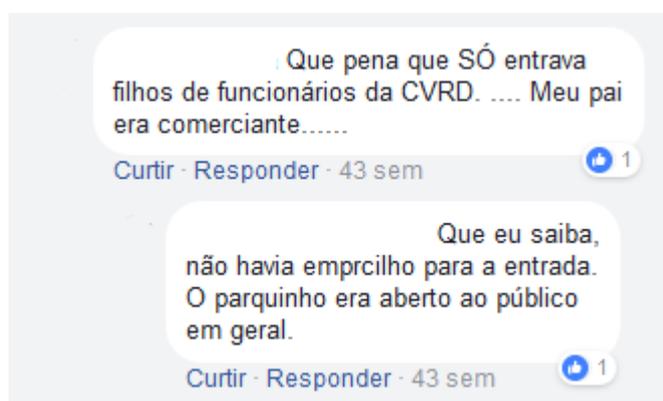


Figura 13: Print de comentários na publicação do dia 23 de novembro de 2016 que traz uma imagem do parquinho do bairro Campestre
Fonte: Fotos Antigas de Itabira

A informação de que só entravam filhos dos funcionários da CVRD no parque é contestada por outro membro. E nem é de interesse desta análise saber a resposta. A questão é que o comentário se associa ao que Ferreira (2015) se aprofunda: essa relação entre os não dependentes diretamente da mineração e a relação com o espaço da cidade privada. Por mais que o parquinho fosse aberto, existia o não pertencimento àquele lugar, marcado pela construção de determinadas subjetividades, uma vez que “os processos de subjetivação envolvem os sentimentos e pensamentos mais pessoais dos sujeitos, mas são elaborados e vividos em contextos sociais no qual a linguagem e a cultura dão significado à experiência e à identidade adotada” (FERREIRA, 2015, p. 81). Como nas vilas operárias só moravam funcionários da mineradora e seus familiares, obviamente, sente-se diferenciada uma criança que tinha que sair de bairros mais afastados para frequentar aquele espaço. Além disso, a presença de uma representação policial inibia a participação de outras pessoas que não se sentiam parte daquele lugar.

Silva (2004) salienta que Itabira já convivia com segregações de ordem econômica em função da exploração do ouro que enriqueceu algumas famílias. Além disso, há segregações de ordem social, como a questão de gênero, que determina papéis e espaços distintos para homens e mulheres, ou de raça, que estabelece condições desiguais para pessoas não brancas. A Itabira das “noites brancas e sem mulheres”, descrita por Carlos Drummond de Andrade no poema *Confidência do Itabirano* (2007, p. 68). Essas segregações são atravessadas pela cultura religiosa, forte nas cidades mineiras que surgem das expedições de bandeirantes. E são potencializadas pela cultura da mineração, percebida pelo número inferior de mulheres que trabalham na área e a rara ocupação de cargos de chefia por pessoas negras.



Figura 14: Operários na mina da CVRD nos primeiros anos de funcionamento.
Fonte: Fotos Antigas de Itabira

A publicação do dia 01 de junho de 2017¹³, por exemplo, traz uma representação dos primeiros anos de atividade da CVRD em Itabira. Os trabalhadores quebravam as pedras no braço, serviço pesado, que denomina o período conhecido como “época do muque” (MINAYO, 2004). Dos poucos registros do período se percebe um recorte racial que marca quem eram os operários que levantaram essa empresa. Muitos sem escolaridade e que tinham apenas a força física para oferecer em troca de uma melhoria de sua qualidade de vida. Minayo (2004) traz em sua obra muitos relatos de operários desse período e em alguns deles esse recorte racial é evidenciado. Entre os comentários recebidos na publicação da Figura 14, muitos apontam uma insatisfação com a empresa (Figura 15). Entre esses comentários, outros a parabenizam, uma vez que a postagem se refere ao aniversário de 75 anos da empresa.

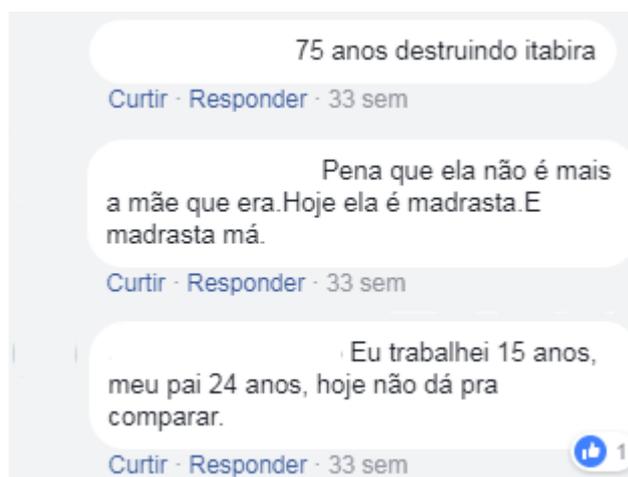


Figura 15: Comentário na publicação do dia 01 de Junho de 2017 (Figura 14)
Fonte: Fotos Antigas de Itabira

O período descrito como “Mãe Vale” (MINAIO, 2004; SILVA, 2004; SOUZA, 2007; FERREIRA, 2015) é lembrado por um membro, que refere a empresa como uma madrasta má, comentário que se completa com a lamentação de outro membro relacionada às mudanças do período em que trabalhou na Vale, comparado com a época em que seu pai foi funcionário da empresa. Os dissensos provocados pela imagem revelam a dupla relação que foi criada pela população para com a mineradora, o discurso de gratidão pela modernização e o que aponta as interferências na qualidade de vida.

¹³Disponível em: <<https://goo.gl/yYBL9F>>.

Já a publicação do dia 09 de janeiro de 2018¹⁴(Figura 16) evidencia a relação que a comunidade tem com as práticas católicas. As representações das procissões, ainda comuns na cidade em determinadas datas, mostram o papel esperado para as mulheres da época. A mãe gentil que o hino brasileiro evoca; a mulher templo, que deveria se proteger com véus e não ser vista entre homens. A imagem deixa ver essa segregação, com mulheres em lado diferente dos homens para assistir à procissão. Comentários na publicação apontam histórias sobre os padres que orientavam essa divisão de gênero durante as cerimônias religiosas e sobre as mulheres que usavam decotes receberem, inclusive, beliscões.



Figura 16: Procissão de mulheres chegando à Catedral.
Fonte: Fotos Antigas de Itabira

Esses movimentos de segregação não são problemas enfrentados apenas em Itabira. Eles determinam as partes que cada um receberá da partilha da cidade, a forma como cada um tomará parte do sensível presente nos espaços comuns. Por isso, o dissenso presente nas publicações do grupo também pode ser entendido como fruto dessa apropriação do discurso por pessoas que, outrora, tinham seus lugares estabelecidos por um discurso que as silenciava.

¹⁴Disponível em: <<https://goo.gl/TJWkiG>>.

No grupo do Facebook, essas mulheres questionam as ordens postas pelo clero itabirano e esses funcionários reivindicam, por meio de lamentações, sua parte nesse processo de construção da Vale.

5.3 – O antigo que some

Com a consolidação da mineração em Itabira, a cidade acompanhou a inserção da mineradora nos espaços da cidade pública. Nesse sentido, a população assiste à perda de muitos patrimônios com consentimento de alguns grupos sociais que apostaram nessa modernização. Os efeitos desse olhar para o futuro são sentidos agora, em um período de crise econômica que, novamente, direciona os olhares para o passado.



Figura 17: Imagem da antiga capela do Cemitério do Cruzeiro.
Fonte: Fotos Antigas de Itabira

A fotografia da Capela do Cemitério do Cruzeiro (Figura 17), publicada¹⁵ em 5 de janeiro de 2018, ajuda a visualizar melhor esse processo de voltar a atenção ao passado das cidades, da busca por uma memória. O prédio do século XIX foi demolido em 1969. Nos comentários, um membro se arisca a dizer que foi uma das primeiras edificações da cidade.

¹⁵Disponível em: <<https://goo.gl/rjAPKg>>.

Além das questões sentimentais, a imagem desperta essa atenção ao desaparecimento do patrimônio arquitetônico da primeira Itabira (SILVA, 2004). A demolição desse prédio ocorre, justamente, no período das principais transformações no espaço da cidade.

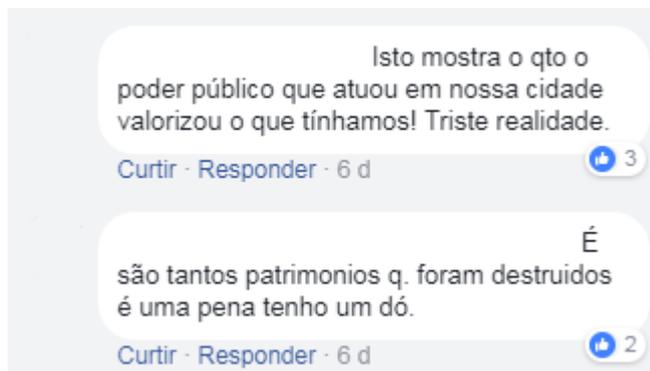


Figura 18: Print de comentários feitos na publicação do dia 5 de Janeiro de 2018.
Fonte: Fotos Antigas de Itabira

Os comentários exemplificam bem esse movimento de retorno ao passado, apontado por Abreu (1998). Além disso, revela que as representações dessas edificações que foram demolidas na cidade ou as representações de espaços que sofreram grandes transformações apresentam uma potência que deixam ver, também, essa partilha do sensível. Um operário da CVRD não comunga dos espaços da cidade da mesma forma que seus filhos comungam, pois estão inseridos em contextos diferentes, que se cruzam, mas determinam locais e papéis que eles assumem dentro da sociedade. Além disso, criam-se expectativas diferentes sobre determinados sujeitos. Nesse sentido, Rancière (2015) fala de uma estética da política, entendida como um sistema que está posto e que determina o que se sente, um recorte dos dias atuais, daquilo que é visto e do que não é visto e se escondem nas entrelinhas dos planos que constroem uma obra e que se mostra na leitura que cada um faz dela, evidenciando as partes destinadas a determinados sujeitos a partir das representações que os limitam (RANCIÈRE, 2015).

De acordo com o autor, existem dois tipos de partilha do sensível que se confundem e se distanciam concomitantemente, que “são opostas em seus princípios e interligadas em seu funcionamento, às quais ele dá o nome de polícia e política” (MARQUES, 2014, p. 69). De acordo com a autora, a primeira se relaciona a ordem definidora que determina os modos de ser e dizer, quem faz o quê e qual a importância será dada para isto ou aquilo. A partilha política, por vez, vislumbra o ruído, dá abertura para aquilo que antes não tinha lugar.

A política é uma forma de questionar o consensual, o tido como dado, o inquestionável: ela irrompe diante de olhos acostumados à normalidade (e à

normalização) e promove rupturas e transformações nos modos usuais de aparência e circulação de palavras, corpos e imagens. (MARQUES, 2014, p. 70).

Nas publicações do grupo, essas formas de partilha muitas vezes são evidenciadas devido à potência que as imagens ganham ao serem inseridas no grupo. Compartilhadas aos olhares que vivenciaram e experimentaram certas paisagens, suas representações se tornam dispositivos que se relacionam à apreensão daquilo que está visível e oculto nas imagens.

Como na foto da lateral da antiga Catedral (Figura 19), por exemplo, destruída nos anos 70 após um raio atingir sua lateral durante uma tempestade. As autoridades em ação junto à CVRD decidiram pela demolição e construção de uma catedral mais moderna ao restauro do prédio histórico. A série de fotografias publicada¹⁶ no dia 9 de novembro de 2017, 47 anos após a demolição, traz à tona o descontentamento em relação a esse discurso modernizador e o sentimento de perda deixado pela não preservação do patrimônio histórico. Essas ações que transformam a paisagem urbana da cidade, representadas e compartilhadas no grupo, possibilitam debates a respeito de ordens discursivas (MARQUES, 2014), dão brecha para comentários sobre o contexto, as decisões tomadas a partir dali, deixa “entrever as operações que influenciam na interpretação daquilo que vemos” (MARQUES, 2014, p.68).



Figura 19: Fotografia da Lateral destruída da antiga Catedral, publicada em 9 de dezembro de 2017.
Fonte: Fotos Antigas de Itabira

¹⁶Disponível em: <<https://goo.gl/PXim6f>>.

Apesar de ser um acontecimento externo à CVRD, a imagem evoca sua presença, pois é indissociável a relação entre mineração e transformações urbanas. Essa relação faz parte dos elementos sensíveis que estão representados nas imagens e evoca reações de várias ordens, inclusive política. Hoje sabemos quem se beneficiou e as razões para tais demolições. E, com o atual movimento de preservação de uma memória urbana das cidades (ABREU, 1998), é comum que a população tenha esse sentimento de cobrança pelo restauro do patrimônio.

Em muitas cidades que passaram por um processo de modernização, as igrejas eram alguns dos principais pontos escolhidos para serem preservados, tanto pelo poder hegemônico da religião católica, quanto pelo valor artístico das obras que as caracterizam. Em Itabira, esse acidente causado por um desastre natural é o argumento que motivou a construção de um edifício moderno, mas não pode ser visto como um caso isolado, uma vez que tal decisão é tomada, justamente, durante o período de modernização da cidade e representa mais uma das transformações que a cidade sofreu e que riscou na paisagem a presença de sua formação inicial.

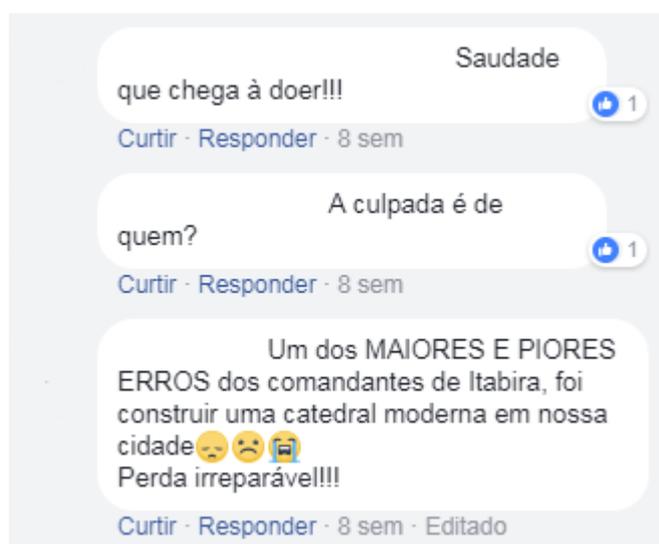


Figura 20: Print de comentários recebidos na publicação da imagem da Catedral (Figura 19), compartilhada em dezembro de 2017.

Fonte: Fotos Antigas de Itabira

Esses discursos construídos enquanto reações da memória são atravessados pelas emoções, mesmo quando são críticas políticas. Didi-Huberman (2014) aponta que “se não podemos fazer política efetiva apenas com sentimentos, tampouco podemos fazer boa política desqualificando nossas emoções, isto é, as emoções de toda e qualquer pessoa”. Silva (2004) fala de um despertar político na população de Itabira a partir dos anos 90, em detrimento da

privatização da CVRD e da conjuntura apresentada ao município. Esse despertar se relaciona às emoções, pois remete às manifestações que ocorrem como resultado das ações da empresa que tanto tocaram e tocam no cotidiano da cidade e de sua população. Relaciona-se à crença no progresso que a mineradora despertou na população de Itabira com sua chegada e ao sentimento de perda que hoje em dia se instala. São 75 anos esperando esse progresso que trouxe consigo mais desigualdades para a cidade. E o desejo de qualidade de vida sendo cotidianamente triturado, vendido e transformado nesse olhar para o passado, nessa saudade. A emoção dos relatos que compõem a obra de Minayo (2004) sobre os primeiros trabalhadores da mineradora, a emoção dos despejados da Vila Paciência de Cima que contribuíram para a obra de Souza (2007), a mesma emoção que Ferreira (2014) escreveu sua pesquisa que foca nos não dependentes da mineração, “este orgulho, esta cabeça baixa...” (ANDRADE, 2007, p. 68) que são reforçadas e ressignificadas em comentários, reações, compartilhamentos.

O debate em torno da preservação do patrimônio é mais forte hoje em dia se pensarmos no valor de consumo das cidades. Luchiari (2005) aponta que as tradições culturais são incorporadas à lógica racional da economia e se baseia em Peet (1997) para justificar o poder da economia na autonomia de modelar a estética das cidades e criar formas de consumo, a partir da decisão do que sobreviverá ou não do patrimônio histórico. Em Itabira, a paisagem da cidade reflete esse passado/presente minerador. O poder econômico exercido pela Vale é que decidiu sobre quais aspectos patrimoniais seriam ou não preservados. Criou-se uma nova estética para cidade, mais moderna, com mais concorrência. Como aponta Silva (2004), a partir dos anos 70, com a expansão da mineradora, a cidade assiste a uma transformação na estrutura econômica e social.

O regime de acumulação flexível¹⁷ envolve rápidas mudanças nos padrões de desenvolvimento desigual, cria-se vasto movimento no emprego no setor de serviços. A comunicação por satélite somada à diminuição dos custos de transporte possibilitam, cada vez mais, a difusão imediata de decisões, privadas e públicas, num espaço cada vez mais amplo, movimento de “compressão do espaço-tempo” (SILVA, 2004, p. 71).

Nesse sentido, consolida-se o que Silva (2004) chama de a segunda Itabira, que se inicia com a instalação da CVRD, mas é reafirmado após a mineradora cumprir os acertos que envolveram sua criação. Consolidada em Itabira, a empresa se inscreve como símbolo da modernidade, presente nos espaços que ela cria, na transformação dos espaços já existentes e

¹⁷ Regime de acumulação flexível se relaciona a abertura dos processos e mercados de trabalhos, caracterizada pela criação de novos setores de produção e novas formas de fornecer serviços. Paralelamente, surgem também novos produtos e padrões de consumo (SILVA, 2004).

no investimento embrionário em um turismo industrial. O processo de modernização que ocorreu na cidade ficou registrado, também, na imagem que acompanha a publicação¹⁸ do dia 3 de novembro que traz a representação da Avenida João Pinheiro, uma das principais vias do centro da cidade, nos anos 70.



Figura 21: Print da publicação do dia 3 novembro de 2017 que traz a Avenida João Pinheiro nos anos 70.

Fonte: Fotos Antigas de Itabira

O prédio onde hoje se localiza o Mercado Municipal chama atenção devido ao seu tamanho em relação às casas que aparecem na imagem. Casas essas que se relacionam ao período da primeira Itabira (SILVA, 2004), da mineração incipiente e em menor escala. O prédio do mercado municipal, atualmente, passa despercebido ao lado dos grandes prédios que compõem a atual paisagem urbana da avenida. Na publicação, é esse prédio o principal elemento de atenção destacado na foto, tanto pelo texto que acompanha a imagem e traz uma provocação em torno do nome COBAL¹⁹, quanto nos comentários que se limitam a responder o significado da sigla. No entanto, chamam a atenção os olhares que vão além do filtro proposto pelo membro que publica a imagem. Sobre a questão do patrimônio, um membro aponta:

¹⁸Disponível em: <<https://goo.gl/QtZqy>>.

¹⁹ COBAL - Companhia Brasileira de Alimentos, funcionou em Itabira no prédio destacado na imagem que, até hoje, é conhecido por este nome.

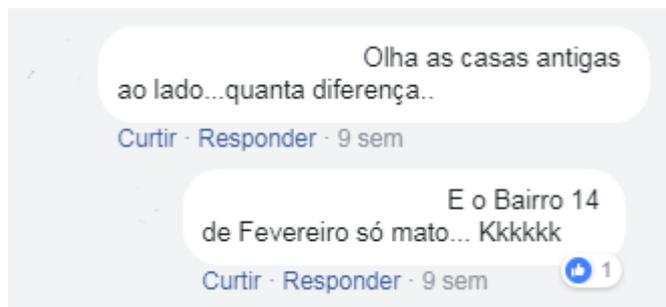


Figura 22: Print de comentários recebidos na publicação da Avenida João Pinheiro.
Fonte: Fotos Antigas de Itabira

A não preservação do patrimônio histórico e cultural da cidade, ou melhor, a transformação desse patrimônio, é sugerida pelo viés da diferença. Seria injustiça atribuir toda a culpa pela não preservação dos prédios históricos à Vale. De fato, a empresa junto aos governos municipal e federal são as donas do discurso modernizador que se instaurou em Itabira, mas, conforme aponta Minayo (2004), não havia na época a preocupação em preservar esse patrimônio e todas as mudanças que ocorreram, foram em conformidade, também, com a própria população, tudo na base da justificativa do progresso. Muitos casarões foram demolidos e deram espaço para os comércios (SILVA, 2004), como os representados na imagem em questão.

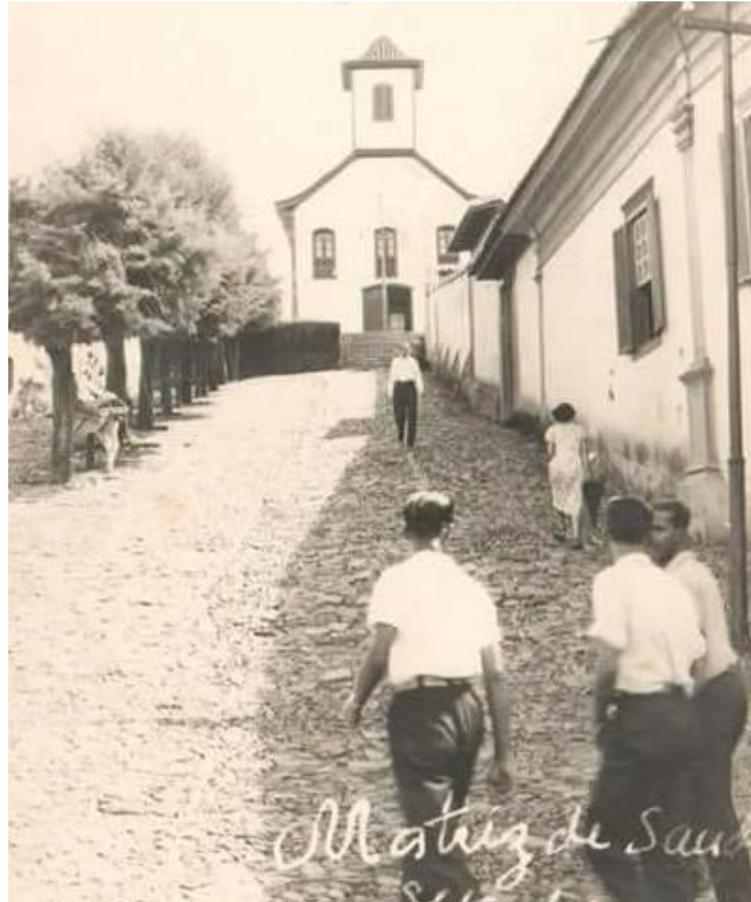


Figura 23: Rua Dom Prudêncio, sem data, autor desconhecido.
Fonte: Fotos Antigas de Itabira



Figura 24: Rua Dom Prudêncio, sem data, autor desconhecido.
Fonte: Fotos Antigas de Itabira

As imagens da Rua Dom Prudêncio (Figuras 23 e 24), apesar de não apresentarem informação sobre o período representado, se comparadas, permitem observar o entrelaçar de uma nova cultura no cotidiano da cidade. Publicada²⁰ no dia 10 de novembro de 2017, a Figura 23 traz as referências da primeira Itabira, as roupas formais, as ruas de pedra e os casarões. A publicação recebeu 24 comentários, que se referem às mudanças do espaço e às lembranças do período retratado. A Figura 24, por sua vez, se constrói de elementos de uma cidade modernizada: os carros na rua, o piso de asfalto, a calça cor-de-rosa da mulher que atravessa a rua, os comércios. Publicada²¹ no dia 27 de outubro de 2017, recebeu 17 comentários que também destacavam as diferenças do espaço representado e elementos que foram alterados. Comparando as imagens, fica visível esse movimento de transformação/modernização que foi acompanhado por um crescimento populacional que gerou demandas, tanto para a mineradora quanto para os órgãos municipais (MINAYO, 2004). “A população urbana que, em 1940, é de 6.254 habitantes, 21,70% do total da população do município, em 1960 atinge 16.591 habitantes, representando 44,37% da população total” (SILVA, 2004, p. 66). A modernização vem acompanhada de outra lógica de consumo. A expansão do comércio de Itabira é representada pelas fachadas de lojas que, na Figura 24, ocupam o espaço dos casarões que aparecem na Figura 23. Na cidade,

assim como no Brasil e no mundo, o imaginário social se constituiu condicionado por discursos eurocentrados, alimentados pela colonialidade do saber-poder. O horizonte circunscrito foi, e, é o ideário de desenvolvimento. E a apropriação predatória da natureza para alcançar tal horizonte é legitimada em nome do bem maior, em nome do desenvolvimento. (FERREIRA, 2015, p. 91).

Nesse sentido, as questões ambientais emergem, também, com esse processo de modernização. O horizonte norte de Itabira foi transformado em um paredão de minério. O desaparecimento dessas serras se relaciona ao crescimento que a empresa teve no mesmo período. Godeiro (2007, p. 11) afirma que “em 1949, a Vale já era responsável por 80% das exportações brasileiras de minério de ferro. [...] Entre 1969 e 1979, as vendas da CVRD ao exterior cresceram 285% e a empresa se consolidou como a maior exportadora de minério de ferro do mundo”. Esse fato foi narrado por Drummond: “O maior trem do mundo leva minha terra para Alemanha, leva minha terra para o Canadá, leva minha terra para o Japão. [...] vai serpenteando vai sumindo e um dia, eu sei, não voltará, pois nem terra nem coração existem mais” (ANDRADE, 2007, p. 1450).

²⁰ Disponível em: <<https://goo.gl/d8Ludt>>.

²¹ Disponível em: <<https://goo.gl/ffvut1>>.

5.4 – Conflitos do progresso

Publicada²² no dia 5 de junho de 2017 – dia mundial do meio ambiente – a imagem da cava de minério da Mina da Conceição (Figura 22) desperta comentários acerca do consumo da natureza. Apesar de não ser uma representação de uma Itabira tão distante, a análise da publicação é interessante por trazer exemplos do que Silva (2004) e Souza (2007) já falavam a respeito de um despertar político e, além disso, uma divergência em relação à postura da empresa, marcada pela subjetividade mineradora que as autoras também apontam como parte da construção da subjetividade do itabirano. A imagem também pode evidenciar características das cenas de dissenso que, de acordo com Rancière (apud MARQUES, 2014, p. 73), “permitiram a redistribuição de objetos e de imagens que formam o mundo comum já dado, [...] questionando uma ordem dominante que apaga conflitos, diferenças e resistências”.



Figura 25: Cava de Minério de Ferro da Mina de Conceição.
Fonte: Fotos Antigas de Itabira – Jornal O Trem

²²Disponível em: <<https://goo.gl/Be6PqA>>.



Figura 26: Garotos andando na ferrovia.
Fonte: Fotos Antigas de Itabira – Jornal O Trem

O desgaste ambiental da cidade de Itabira foi pauta a partir dos anos 80, quando começaram os primeiros programas de redução de danos ao meio ambiente pela Vale (SILVA, 2004). A preocupação com o futuro das cidades, a qualidade de vida e as interferências das ações humanas na saúde da população foram disseminadas e essa é uma das razões apontadas pela autora para um despertar político da população. Muitos comentários tendem a justificar a relação empregatícia e a dependência que se criou da mineração como argumentos favoráveis à empresa, como se observa na publicação²³ do dia 5 de junho de 2017. É possível separar o desenvolvimento do desgaste ambiental, tanto que, atualmente, a empresa possui não um, mas vários projetos de redução de danos ambientais. A questão é que essas são preocupações recentes e que, ainda, não atingiram completamente todas as pessoas.

²³ Disponível em: <<https://goo.gl/Be6PqA>>.

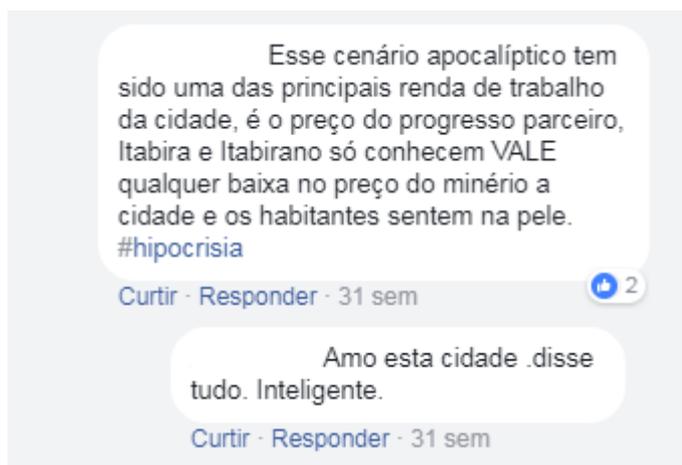


Figura 27: Print de comentários feitos na publicação do dia 5 de junho de 2017, que traz uma fotografia da cava de minério.

Fonte: Fotos Antigas de Itabira

Minayo (2004), ao fazer um resgate da história de Itabira, mostra que a cidade, antes da mineração, experimentou várias formas de manter sua economia ativa. Com a chegada da CVRD, a cidade se transforma em uma economia monoindustrial e passa a depender diretamente da exploração do minério de ferro. O cenário apocalíptico, como caracterizado pelo comentário acima, refere-se à paisagem construída pela exploração e, como apontado por Costa (2008), reflete o contexto social que permeia as relações sociais ali estabelecidas e a relação com que os grupos sociais têm com a cidade, desde a formação à continuidade. A imagem dos garotos andando na linha férrea (Figura 25), por exemplo, reproduz bem esse contexto social criado pela mineração, e evidencia que ele atravessa a sociedade como um todo, não apenas as relações que se fazem em volta do trabalho de extrair o minério de ferro.

A publicação²⁴ do dia 12 de maio de 2017 recebeu 20 comentários. Alguns que ressaltam o perigo dessa relação próxima com o trem, presente em muitos bairros, como Areão, Vila Amélia, Amazonas e Praia. Mas o que mais chama atenção é outro conflito que surge. Como medida de proteção, a Vale isolou a linha férrea com um muro. Moradores do bairro Vila Amélia não foram ouvidos durante as decisões e alguns, contrários à construção do muro, apontam um aumento na criminalidade no local e uma insatisfação com a relação criada com a mineradora na tentativa de encontrar soluções para o problema.

²⁴Disponível em: <<https://goo.gl/1JGUGG>>.



Figura 28: Print de comentários feitos na publicação do dia 12 de maio de 2017 que abordam a problemática do muro no bairro Vila Amélia.
Fonte: Fotos Antigas de Itabira

É importante ressaltar que o bairro Vila Amélia se encontra dentro da zona delimitada como área de mineração pelo decreto expropriatório que deu permissão à CVRD de desapropriar centenas de famílias do bairro Vila Paciência de Cima (SILVA, 2004). Essa relação de abandono, evidenciada no último comentário, tem se tornado característica dos novos conflitos que os itabiranos enfrentam em função da atividade de mineração. A privatização, em 1997, distancia a mineradora do município. A Vale passa a ter donos e não mais é vista como aquele gigante construído pelo povo e para o povo. A sensação que fica é de um abandono deliberado, existente justamente para fazer com que aquelas pessoas que se sentem incomodadas busquem sair dali.

Marques (2014, p. 70) salienta que “a potência política de uma imagem é aquela que produz, a partir de seus próprios meios expressivos, uma recombinação de signos capaz de desestabilizar as evidências dos registros discursivos dominantes.” De certa forma, o processo de argumentação que está representado nos comentários acima revela um processo de reorganizar informações que se relacionam a discursos hegemônicos. A fotografia (Figura 23) em questão não traz a problemática do muro, ela surge a partir da relação criada por outros elementos que a imagem evidencia. Portanto, os comentários tornam-se espaços de dissenso, marcados por sujeitos que permitem se colocar em um processo aberto de debate,

marcando suas opiniões e formulações, construindo discursos a partir de um discurso que já está dado.

5.5 – Para além das fotografias

O próprio nome do grupo sugere uma transmissão visual da memória. O compartilhamento de imagens é, sem dúvida alguma, o forte das publicações. No entanto, para além dos comentários e dos textos que acompanham as imagens, publicações de textos também ocorrem no grupo. São dúvidas e provocações que atraem muitos comentários e geram uma quantidade significativa de registros escritos. Candau (2011) fala da necessidade humana de buscar extensão da memória. Das pinturas rupestres ao surgimento da escrita, muitas foram as formas criadas para se guardar as informações.

A escrita pode, ao mesmo tempo, reforçar o sentimento de pertencimento a um grupo, a uma cultura, e reforçar a metamemória. Assim, o escritor local, aquele que tem o poder de registrar os traços do passado, oferece ao grupo a possibilidade de reapropriar-se desse passado através dos traços transcritos. (CANDAU, 2011, p. 109).

A escrita, então, facilita esse trabalho de guardar as memórias e, também, a própria transmissão, uma vez que até a população iletrada pode ouvir essas memórias, como acontecia com os sermões religiosos (CANDAU, 2011). Dessa maneira, difundida na internet, a escrita possibilita a construção de um texto coletivo, socializado, que se reformula a cada comentário. Não se trata, aqui, de um documento formal, mas de uma nova forma de salvar e compartilhar as memórias. Esbarra na facilidade que Candau aponta de a escrita socializar “certo conteúdo memorial mais consciente do ponto de vista factual e, provavelmente, superficial, do ponto de vista das representações” (CANDAU, 2011, p. 109). No entanto, essa superficialidade pode ser questionada, se acompanhada de “relações entre um todo e as partes, entre uma visibilidade e uma potência de significação e de afeto que lhe é associada, entre as expectativas e aquilo que vem preenchê-las” (RANCIÈRE, 2012, p. 11 *apud* MARQUES, 2014, p. 69), o que pode ser articulado às imagens que acompanham a maior parte das publicações.



Figura 29: Print de publicação do dia 11 de janeiro de 2018.
Fonte: Fotos Antigas de Itabira

Atentaremos aqui algumas publicações apenas em texto verbal. Por exemplo, a publicação²⁵ (Figura 29) do dia 11 de janeiro de 2018 que propõe aos membros lembrar as lendas e histórias que eram contadas na cidade. A postagem se tornou um banco de dados com causos que fizeram parte da infância de muitos dos membros e possibilita que outros membros apontem versões de uma mesma história e o alcance delas.

Outra publicação²⁶ (Figura 30) do dia 10 de janeiro de 2018 traz um questionamento sobre um antigo prefeito da cidade, Daniel de Grisolia. Nos comentários, os membros constroem uma espécie de biografia coletiva sobre a personalidade em questão, destacando sua importância histórica e seus feitos enquanto prefeito do município. É importante ressaltar que, nas duas publicações, mesmo com um direcionamento já colocado, os comentários constroem um texto flexível, que permite concentrar determinados assuntos. Por exemplo, na publicação sobre o prefeito Daniel de Grisolia, um tópico sobre o mistério que envolve sua morte se destaca. Com 11 comentários, os membros dialogam sobre a possibilidade de o prefeito ter sido assassinado e não se suicidado, coisa comum durante o período da ditadura militar.

²⁵Disponível em: <<https://goo.gl/qA75Xg>>.

²⁶Disponível em: <<https://goo.gl/yWVkra>>.



Figura 30: Print de publicação do dia 10 de janeiro de 2018.
Fonte: Fotos Antigas de Itabira

Esse tipo de texto pode ser entendido como uma “transmissão profusa”, como colocado por Candau (2011), a respeito da característica moderna de se produzir informações, traços e imagens, muito por conta da ideia de obsessão patrimonial. E, muito possivelmente, entrarão em esquecimento com o decorrer das publicações, uma vez que a plataforma do Facebook não foi criada para servir como um arquivo e as publicações aparecem no topo de acordo com as interações que nelas acontecem. No entanto, as publicações reforçam uma carência de espaços de memória na cidade, uma necessidade da população de se registrar as transformações que ocorreram e continuam ocorrendo em Itabira. O uso dos membros pode ser entendido como uma forma de driblar essa *timeline* que está agindo constantemente, destacando e escondendo publicações na grande quantidade de conteúdo compartilhado no grupo. Portanto, essas publicações de cunho verbal reforçam a importância que as imagens apresentam no grupo, para além das fotografias, uma vez que provocam o debate, evocam memórias e são dotadas de potência imagética, desempenhando uma contribuição para o caráter de espaço virtual de memória a qual o grupo pretende alcançar.

6 – CONSIDERAÇÕES FINAIS

“A nossa mina de ferro que a todo mundo fascina, tornou-se (e sei que não erro), pra nós, o conto da mina”

(Correio Municipal, Carlos Drummond de Andrade)

Ainda estão sendo mensuradas as interferências do surgimento da internet no meio social. Até os dias de hoje, notamos mudanças no fazer jornalístico, no consumo e produção de bens e serviços e nas formas de se relacionar com o outro. A Internet pode aproximar e distanciar, a depender dos interesses de cada usuário. O surgimento de grupos como o *Fotos Antigas de Itabira (pessoas e locais)* no *Facebook* mostra que essa busca pelo passado das cidades não é algo único de Itabira. Grupos semelhantes com o propósito de resgatar a memória de outras cidades estão aí para comprovar isto. Abreu (1998) aponta que esse processo de valorização da cidade é, também, responsável por esse movimento de busca pelas memórias que nelas contêm. Nesse sentido, o resgate fotográfico é uma ação de grande importância e a análise das paisagens a partir das fotografias pode ser um auxílio nessa busca pela memória.

A paisagem de Itabira revela a presença dessa força econômica que a mineração representa. Para além dos taludes de cava de minério, são trens, barulhos de locomotivas, dinamitações, pontos de ônibus cheios de funcionários uniformizados esperando a troca de turno para dar sequência à produção das minas, que não param. São tantos elementos que compõem essa paisagem e que revelam o autoritarismo contido nas decisões da Vale, que se sobressai, inclusive, sobre as decisões coletivas da própria população. A empresa foi criada e cresceu em um contexto no qual o autoritarismo marcou as políticas governamentais no Brasil, dessa maneira, não é de se estranhar que essa paisagem de Itabira evidencie o domínio da mineração sobre a cidade. Ela revela um quadro de dependência, que vai além do campo econômico.

No grupo *Fotos Antigas de Itabira (pessoas e locais)* as publicações nos ajudam a entender essa relação criada com a mineração para além do campo econômico. A empresa é citada, mesmo que indiretamente, em grande parte das publicações. Por exemplo, a que traz a fotografia da lateral destruída da antiga Catedral. Isso se dá, pois, ela atravessa – por vezes oculta – todos os caminhos traçados pela cidade desde a sua criação, em 1942. Ela é o principal agente que determina e caracteriza a paisagem que foi e é construída na cidade, além de estar atrelada à construção da subjetividade da população itabirana.

A nostalgia presente em muitos comentários revela o que Silva (2004) já dizia sobre a pequenez que é sentida pela população diante o gigantismo da mineradora. A sensação que fica é de que não adianta fazer mais do que lamentar, pois se acabar a mineração, acaba-se a cidade. Olhar para o passado na busca de uma lembrança que conforte esse presente estagnado é, talvez, a principal ação desenvolvida pelos membros do grupo. No entanto, em determinadas publicações (como a do caso do bairro Vila Amélia, por exemplo) é possível perceber um olhar mais crítico, uma tentativa de ultrapassar o discurso da revolta e partir para a cobrança real por respeito à população da cidade e aos espaços que a constitui. Mas o que impera são as emoções, os impasses de uma população de ferro, sensível e anestesiada. “Emocionado, fico mudo, não consigo achar as palavras” (DIDI-HUBERMAN, 2016, p. 21). Desse silêncio que se reflete em curtidas, compartilhamentos e marcações, tecem-se uma rede de gritos que reivindicam algo maior que empregos, benefícios e progresso.

O direito à paisagem é um debate atual, mas que surge de uma necessidade antiga de proteção e valorização do território. A paisagem pode ser entendida, também, como uma união entre a cultura e a natureza de uma população e o aceleração de sua transformação pelo autoritarismo interfere na construção identitária das pessoas que absorvem essa paisagem cotidianamente. Itabira é um desses casos e esse olhar saudosista ao passado da cidade pode ser um sintoma, também, dessa transformação acelerada que ocorreu em seu sítio urbano. Cobra-se o direito à paisagem da Itabira histórica a partir do momento que reivindicam a manutenção do pouco que resta desse patrimônio que fora extinto em função de uma modernização. Cobra-se a valorização e investimento nesse potencial turístico que a mineração representa quando questionam a inexistência de espaços físicos de memória que contem a história da cidade e da própria empresa.

Dessa forma, percebe-se em algumas publicações uma potência de “devolver o dissenso e a ruptura a paisagens homogêneas, de concordância geral e assujeitamento” (MARQUES, 2014, p. 66). Por isso, em muitos delas, sujeitos outrora ocultos se apossam do centro do debate para manifestar suas opiniões, seja acerca do patrimônio, das questões ambientais ou do funcionamento da cidade nos primeiros anos da mineradora. As imagens afetam cada membro de uma maneira única, relativa às experiências de cada um para com a cidade. É por isso que há quem defenda a mineração, há quem se posicione contra e há aqueles sujeitos que ficam no meio termo, entre o discurso da gratidão e o da revolta. Os efeitos dessa subjetividade criada pela mineração, como apontado por Minayo (2004) em relação à classe trabalhadora e destrinchado por Silva (2008) em relação à população de Itabira, são difíceis de reverter e ficam evidentes nas partilhas estabelecidas ali.

Portanto, o grupo é mais que uma ferramenta de extensão da memória, ação natural à qual recorrem os seres humanos, como aponta Candau (2014). É, antes, uma busca por definir uma identidade que foi atravessada pela cultura de mineração que se criou na cidade, uma crítica velada ao processo de produção de memória que é feito tanto pela mineradora (que quase ignora a importância de Itabira em sua história), quanto pelos órgãos municipais que são coniventes com esse esquecimento imposto ao passado da cidade e às experiências que ela teve antes da mineração. Criou-se, então a identidade do ferro que Drummond já apontava presente nas calçadas e nas almas. Ela se revela a cada “eu” que se coloca no grupo, seja por meio de um comentário ou uma publicação, e vai se comprovando a cada vez que a Vale ou CVRD é evocada a partir daquilo que as imagens deixam ver ou mostram explicitamente. Além disso, a existência dessa identidade e a busca por defini-la implica em uma urgência em se repensar a história e memória da cidade, uma vez que está próximo o fim dessa fase da segunda Itabira – a da mineração de ferro – e ainda temos uma cidade que se constrói cotidianamente em torno dessa atividade. Pensar em perspectivas para além da Vale, além das condicionantes da Licença de Operação Corretiva, que possam apontar soluções para essa dependência que se criou, para os muitos jovens que tiveram que sair de Itabira para trilhar um caminho que não seja de ferro.

Durante o processo de entrevistas realizado para a elaboração do produto que acabou originando este trabalho, essa identidade atravessada pela mineração ficou mais evidente. Primeiro, por entendê-la em mim, enquanto filho de um operário aposentado da CVRD que fugiu do destino de muitos outros filhos de operários que é, também, trabalhar na Vale, como foi o caso de uma de minhas irmãs que teve na mineração o início de sua formação profissional. Segundo, pelo diálogo com pessoas que tiveram que lidar diretamente com a empresa. Ver essas pessoas como parte do grupo foi mais uma prova de sua importância e da importância daquelas imagens que ali são compartilhadas e evocadas. Além das publicações selecionadas para análise, muitas outras que circulam por ali têm muito a dizer. Expõem e ilustram as várias relações que a população da cidade construiu e constrói com a empresa. Além das relações que a própria Vale cria com Itabira, o poder público municipal e sua população.

Nesse processo, o grupo se mostra como um espaço de partilha do sensível, no qual as representações políticas e policiais agem concomitantemente sobre as reminiscências da cidade. As representações policiais podem ser entendidas pelos moderadores do grupo, que trabalham para que o foco de rememorar o passado da cidade não se perca, buscam conteúdo para que não se esgotem as interações que ali se estabelecem e tentam evitar que os debates

sejam esvaziados ou que discursos sejam silenciados. As representações políticas se manifestam pela infinidade de discursos produzidos naquele espaço, pelos membros que se colocam em determinadas publicações, pelos dissensos que são criados e pela apropriação da plataforma Facebook para a tentativa de se criar um arquivo digital de fotografias da cidade. Além disso, essa partilha política do sensível se dá, pois, muitos membros irrompem o papel socialmente estabelecido para eles e se colocam de uma forma que não é esperada. Por exemplo, os incontáveis operários e ex-operários que, outrora eram gratos à “Mãe Vale” e, agora, são críticos e/ou contrários às ações da empresa.

Por fim, seria impossível não se lembrar do filme *Narradores de Javé*, de Eliane Caffé. Nesse mergulho pelas relações virtuais que são construídas no grupo, a história da cidade é escrita e reescrita a cada comentário. Sob a perspectiva individual de cada membro, é tecida uma teia de memórias coletivas, guardada nas nuvens do ciberespaço, acompanhando as mudanças que ainda estão por vir. Esse movimento contínuo que é percebido na transformação da paisagem, nos processos da memória de lembrar e esquecer e, também, no uso da plataforma Facebook como espaço virtual de memória, permite que essa pesquisa não se esgote aqui e que se transforme em outras questões que podem guiar outras publicações que pretendem analisar a relação existente entre mineração, paisagem urbana e memória.

REFERÊNCIAS

- ABREU, Maurício De Almeida. Sobre a memória das cidades. **Revista território**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 4, p. 5-26, jan./jun. 1998. Disponível em: <http://www.revistaterritorio.com.br/pdf/04_2_abreu.pdf>. Acesso em: 20 nov. 2017.
- ADAM, Roberto Sabatella. Analisando o conceito de paisagem urbana de Gordon Cullen. **da Vinci**, Curitiba, v. 5, n. 1, p. 61-66, 2008. Disponível em: <<http://www.up.edu.br/davinci/edi5.htm>>. Acesso em: 20 nov. 2017.
- ANDRADE, Carlos Drummond. **Poesia Completa**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2007.
- ALTÍSSIMO, Shayra Pinheiro do. **Itabira e a Vale: relatos históricos a partir do licenciamento ambiental corretivo do distrito Ferrífero (1996 – 2010)**. 2010, 114f. (Dissertação). Engenharia Ambiental, Universidade Federal de Ouro Preto, Ouro Preto, 2010.
- BARBOSA, Antônio Agenor. Protomemórias, Memórias e Metamemórias na construção de identidades. **Revista Antropolítica**, n. 37, p. 427-430, Niterói, 2. sem. 2014. Disponível em: <<http://www.revistas.uff.br/index.php/antropolitica/article/view/267>>. Acesso em: 06 jan. 2018.
- CANDAU, Joël. O Jogo social da memória e da identidade (1): transmitir, receber. In: **Memória e Identidade**. São Paulo: Contexto, 2014. p. 105-136.
- COELHO, Letícia Castilhos. A paisagem na fotografia, os rastros da memória nas imagens. **Grupo de Pesquisa Identidade e Território - gpit**, Porto alegre, 22 p, 2007. Disponível em: <<https://www.ufrgs.br/gpit/artigos/>>. Acesso em: 20 nov. 2017.
- _____. O Tempo e a paisagem: um olhar através de suas dimensões culturais. **Grupo de Pesquisa Identidade e Território - gpit**, Porto alegre, 25 p, 2008. Disponível em: <<https://www.ufrgs.br/gpit/artigos/>>. Acesso em: 20 nov. 2017.
- COSTA, Otávio. Memória e paisagem: em busca do simbólico dos lugares. **Espaço e cultura**, Rio de Janeiro, Edição Comemorativa (1993-2008), p. 149-156, dez. 2008. Disponível em: <<http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/espacoecultura/article/view/6143>>. Acesso em: 20 nov. 2017.
- DIDI-HUBERMAN, Georges. **Que emoção! que emoção?:1**. São Paulo: Editora 34, 2016. 72 p.
- _____. **Epílogo do pescador de pérolas**. In: A imagem sobrevivente: história da arte e tempo dos fantasmas Segundo AbyWarburg. Rio de Janeiro: Contraponto, 2013.
- FERREIRA, Ana Gabriela Chaves. **Mineração em serra tanto bate até que seca: A presença da Vale em Itabira para além do desenvolvimento dos conflitos ambientais**. 2015. 132f. (Dissertação). Ciências Sociais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2015.
- GODEIRO, Nazareno (Org.) **Vale do Rio Doce. Nem tudo que reluz é ouro: da privatização à luta pela reestatização**. São Paulo: Editora Sundermann, 2007.
- HALBWACHS, Maurice. **A Memória Coletiva**. 2a. ed. São Paulo: Centauro Editora, 2006.
- LYNCH, Kevin. **A imagem da cidade**. Traduzido por Jefferson Luiz Camargo. São Paulo, Martins Fontes, 1997.

LUCHIARI, Maria Tereza Duarte Paes. A reinvenção do patrimônio arquitetônico no consumo das cidades. **GEOUSP - Espaço e Tempo**, n. 17, p. 95 - 105, São Paulo, 2005. Disponível em: <http://www.geografia.fflch.usp.br/publicacoes/Geousp/Geousp17/Artigo6_Maria.pdf>.

Acesso em: 06 jan. 2018.

MARQUES, Ângela Cristina Salgueiro. Política da imagem, subjetivação e cenas de dissenso. **Discursos Fotográficos**, [s.l.], v. 10, n. 17, p. 61-86, 16 dez. 2014. Universidade Estadual de Londrina.

MARTINS, Marcelo Pinheiro. **Atlas de Itabira**. Prefeitura Municipal de Itabira. 2006. 162 p.: il. Mapas

MATHEUS, Letícia. Memória e identidade segundo Candau. **Revista Galáxia**, São Paulo, n. 22, p. 302-306, dez. 2011. Disponível em: <<https://revistas.pucsp.br/index.php/galaxia/article/view/6737>> Acesso em: 06 jan. 2018.

MELO, Vera Lúcia Mayrinck de Oliveira. A Paisagem sob a perspectiva das novas abordagens geográficas. In: ENCONTRO DE GEÓGRAFOS DA AMÉRICA LATINA, 10, 2005. **Anais do Encontro de Geógrafos da América Latina**, 10, 2005, São Paulo, p. 9146 - 9165. Disponível em:

<<http://observatoriogeograficoamericalatina.org.mx/egal10/Teoriaymetodo/Conceptuales/27.pdf>> Acesso em: 20 nov. 2017.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **De Ferro e Flexíveis**: marcas do Estado empresário e da privatização na subjetividade operária. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

PIMENTEL, Thiago. **Paisagem e memória**: um estudo sobre a potencialidade turística da mineração em Honório Bicalho (Nova Lima/MG). Universidade Federal de Juiz de Fora, 2008. Disponível em: <<https://goo.gl/mMQ3fk>> Acesso em: 06 jan. 2018.

PIQUET, Rosélia. **Cidade Empresa**: presença na paisagem urbana brasileira. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1998.

PRIORI, Angelo Aparecido; PAIXÃO, Letícia Aparecida Da. A paisagem como fonte histórica e como produtora de memória. **História revista**, Goiânia, v. 20, n. 1, p. 158-167, jan./abr. 2015. Disponível em: <<https://www.revistas.ufg.br/historia/article/view/31759>>. Acesso em: 20 nov. 2017.

RANCIÈRE, Jacques. **A partilha do sensível**: estética e política. São Paulo, Editora 34, 2015.

SALGUEIRO, Teresa Barata. Paisagem e geografia. **Finisterra**, Lisboa, v. 36, n. 72, p. 37-53, jul./dez. 2001. Disponível em <<http://revistas.rcaap.pt/finisterra/article/view/1620>>. Acesso em: 20 nov. 2017.

SILVA, Maria das Graças Souza e. A “**terceira Itabira**”: Os Espaços Político, Econômico, Socioespacial e a Questão Ambiental. 2002. 116f. Dissertação (Mestrado) Instituto de Geociências, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2002. Disponível em: <http://www.artecidade.org.br/mg_es/pesquisa/itabira_dissertacao.pdf> Acesso em: 20 jul. 2017.

_____. **A Terceira Itabira**: os espaços político, econômico, socioespacial e a questão ambiental. São Paulo: Hucitec, 2004.

SOUZA, Maria do Rosário Guimarães de. **Da Paciência à Resistência**: conflitos entre atores sociais, espaço urbano e espaço de mineração. São Paulo: Hucitec, 2007.